



ACADEMIA MILITAR

O Estado Português na Índia de 1947 a 1962

Autor: Aspirante Aluno Cavalaria Marco António Veterano Domingos

Orientador: Coronel de Artilharia Vítor Marçal Lourenço

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

O Estado Português na Índia de 1947 a 1962

Autor: Aspirante Aluno Cavalaria Marco António Veterano Domingos

Orientador: Coronel de Artilharia Vítor Marçal Lourenço

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

EPÍGRAFE

*“Os Cavaleiros tende em muita estima,
Pois com seu sangue intrépido e fervente,
Estendem não somente a Lei de cima,
Mas inda vosso Império preeminente;”*

Luís de Camões – Os Lusíadas (Canto X)

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais e familiares, por todo o apoio ao longo de todos estes anos.

A Natacha Caldas e família por toda a ajuda e dedicação.

A vós dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nesta investigação os agradecimentos devem ser feitos não só, às mais diversas entidades que me acompanharam durante a execução da mesma, mas também, a todos os que de uma forma direta ou indireta me possibilitaram a concretização de um sonho.

Agradeço em primeiro lugar ao meu Orientador, Sr. Coronel de Artilharia Vítor Marçal Lourenço, pela sua dedicação, amizade e rigor demonstrados. A sua ajuda durante a execução deste trabalho foi fundamental. A disponibilidade ao longo do trabalho foi constante e a partilha de experiência e conhecimento fizeram com que a minha motivação pelo trabalho aumentasse em muito. Agradeço-lhe ainda pelo tempo e dedicação que disponibilizou para que fosse possível realizar algumas entrevistas neste meu trabalho. Por isto que fica descrito e pela admiração criada pela sua maneira profissional e amiga de trabalhar, o meu muito obrigado.

Agradeço ao ex-Diretor de Curso, do Curso de Cavalaria, na pessoa do Tenente-Coronel Miguel Freire e à ex-Adjunta da Direção de Curso, do Curso de Cavalaria, na pessoa da Major de Cavalaria Elizabete Silva, por toda ajuda prestada para a elaboração do trabalho.

Agradeço ao Diretor de Curso da Arma de Cavalaria, na pessoa do Tenente-Coronel João Santana, o empenhamento que desenvolveu para me motivar para a realização deste trabalho de investigação.

Agradeço ao Sr. Coronel Cavalaria Amado Rodrigues, diretor da Biblioteca da Academia Militar e à Senhora Dona Paula Almeida Franco, Assistente Técnica de Biblioteca, por todo o apoio e completa dedicação a cada questão colocada. Nunca foi recusada nenhuma ajuda e em todos os assuntos abordados a disponibilidade foi total, por isso também o meu muito obrigado.

De igual modo, agradeço a todos os camaradas do Curso de Cavalaria, pela camaradagem que me transmitiram e pelo apoio que me concederam, para puder ter êxito nos meus objetivos.

Sou imensamente grato à minha Família, por todo o apoio ao longo destes anos. Sem o esforço, dedicação, afeto e acima de tudo, as palavras de apoio, tenho a certeza que hoje não estaria a escrever este agradecimento.

Agradeço à Natacha Caldas, pela compreensão e colaboração nas diversas situações. O seu apoio revelou-se essencial para ultrapassar alguns obstáculos ao longo do curso.

RESUMO

O presente trabalho procura investigar os acontecimentos no Estado Português na Índia, no período compreendido entre 1947 e 1962. Para tal recorreremos a entrevistas e análise documental.

Foi aplicado o processo de análise qualitativa, tendo por base um raciocínio indutivo, para produzir várias questões derivadas, com o objetivo de consolidar o conhecimento e obter a resposta a uma questão central.

A presente investigação tem como objetivo geral investigar os acontecimentos que levaram ao fim do Império Português na Índia e como objetivo específico, analisar se o Estado Português tinha capacidade para manter o território na Índia.

A Questão Central do presente trabalho é definida por, “No período de 1947 a 1962, quais os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Português na Índia e em que condição se encontrava a defesa do território?”

Podemos concluir que no período de 1947 a 1962, os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Português na Índia, foram provocados por uma fraca defesa do território, originada por falta de meios materiais e humanos e por um conjunto de decisões desajustadas da realidade.

Revelando, que Portugal perante os factos apresentados, não tinha capacidade de manter os territórios na Índia.

Palavras-chave: Estado Português na Índia, União Indiana, Prisioneiros de Guerra, Forças Militares, Invasão.

ABSTRACT

The present work, search into the events of the Portuguese State in India, between 1947 and 1962. As so we use interviews and documentary analysis.

The qualitative analysis process was applied, based on an inductive reasoning, to produce several derived questions, with the purpose of consolidating knowledge and obtaining the answer to a central question.

The present investigation has as general objective to investigate the events that led to the end of the Portuguese Empire in India and, as a specific objective, to analyse if the Portuguese State had the capacity to maintain the territory in India.

The Central Question of the present work is defined by, "In the period from 1947 to 1962, what events led to the end of the Portuguese State in India and in what condition was the defence of the territory?"

We can conclude that from 1947 to 1962, events that led to the end of the Portuguese State in India were provoked by a weak territorial defence, caused by a lack of material and human resources and by a set of misallocated decisions of the local reality.

Revealing that Portugal faced the facts presented had no capacity to maintain the territories in India.

Keywords: Portuguese State in India, Indian Union, Prisoners of War, Military Forces, Invasion.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA.....	3
1.1. Síntese histórica da Índia Portuguesa	3
1.2. Enquadramento político, estratégico e militar	7
1.2.1. A extensão colonial Portuguesa.....	7
1.2.2. O fim da 2ª GGM. O início do conflito do EPI e a entrada na OTAN	8
1.2.3. A intervenção da ONU e os acontecimentos até 1961	13
1.2.4. A organização do Exército Português.....	20
1.2.5. A organização do Exército Indiano	24
1.3. A Invasão da Índia Portuguesa	26
1.3.1. As campanhas de África. Defesa do EPI.	26
1.3.2. Invasão da Índia Portuguesa em Dezembro de 1961 e as ações das forças militares	28
1.3.3. Da rendição ao repatriamento para Portugal.....	31

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	36
2.1. Metodologia Aplicada	36
2.2. Métodos e Materiais utilizados para análise do trabalho	39
2.3. Técnicas de tratamento e análise de dados	42
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	43
3.1. Análise e esclarecimento às questões da 2ª e 3ª fases, das entrevistas	43
3.3.1. Análise realizada às respostas da 2ª fase, das entrevistas	43
3.3.2. Análise de respostas da 3ª fase, das entrevistas	45
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES	47
BIBLIOGRAFIA	52
APÊNDICES	I
Apêndice A – Entrevista realizada ao Major-General na Reforma António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho	I
Apêndice B – Entrevista realizada ao Coronel na Reserva, Fundador da N.I.C.C.M. Rogério Taborda e Silva	VI
Apêndice C – Entrevista realizada ao Sargento-Mor na reforma Francisco da Silva Braz	XI
Apêndice D – Entrevista realizada ao Ex-Professor de Matemática na Academia Militar Harum Katchi	XV
Apêndice E – Entrevista realizada ao Secretário da Comissão/ Diretor de Serviços do CDA Rui de Figueiredo Ribeiro	XVIII
Apêndice F – Entrevista realizada ao Sargento-Chefe da Guarda Fiscal na Reforma Paulo António Carmo dos Santos	XXII
Apêndice G – Entrevista realizada ao Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências Prof. Dr. Adriano José Alves Moreira	XXV
Apêndice H – Quadro de análise de respostas dadas pelos diferentes entrevistados a cada pergunta da 2ª fase da entrevista	XXX
Apêndice I – Quadro de análise de respostas dadas pelos diferentes entrevistados a cada pergunta da 3ª fase da entrevista	XXXV

ANEXOS.....	XLII
Anexo A – Ilustração da Índia em inícios do séc. XVI.....	XLII
Anexo B – Ilustração referente às várias fases das guerras de Afonso de Albuquerque na conquista de Goa.....	XLIII
Anexo C – Ilustração referente ao EPI após a independência da UI em Bombaim	XLIV
Anexo D – Transcrição do documento manuscrito da morte de Aniceto do Rosário no Posto de Dadrá a 22 de julho de 1954	XLV
Anexo E – Formação inicial das forças militares portuguesas com a entrada em vigor do Plano de Operações “Sentinela”.....	XLVIII
Anexo F – Armamento e viaturas das forças militares portuguesas no EPI.....	XLIX
Anexo G – Equipamento rádio das forças militares portuguesas no EPI.....	LVI
Anexo H – Carta da reformulação do Plano de Operações Sentinela em 1961	LVIII
Anexo I – Ação por parte das forças portuguesas e da UI nos dias 18 e 19 de dezembro de 1961.....	LIX

ÍNDICE DE FIGURAS

Ilustração 1 - Representação da Índia Portuguesa	XLII
Ilustração 2 - Fases das conquistas de Goa por Afonso de Albuquerque.....	XLIII
Ilustração 3 - Mapa do Estado Português na Índia a partir de 1947	XLIV
Ilustração 4 – Plano de Operações Sentinela em março de 1961	XLVIII
Ilustração 5 - Espingarda “Mauser” 7,9mm m/937 A	XLIX
Ilustração 6 - Lança Granadas Anticarro PIAT MkI m/43	XLIX
Ilustração 7 - Lança Granadas 8,89mm “Instalaza” m/58	XLIX
Ilustração 8 - Metralhadora ligeira “Bren” 7,7mm m/43	XLIX
Ilustração 9 - Metralhadora ligeira “Madsen” 7,9mm m/940.....	L
Ilustração 10 - Metralhadora “Madsen” 7,9mm m/30/41	L
Ilustração 11 - Morteiro I 8cm m/937	L
Ilustração 12 - Pistola Metralhadora “Sten” MkII 9mm m/45	LI
Ilustração 13 – Pistola Metralhadora “Steyer” 9mm m/42.....	LI
Ilustração 14 - Pistola Metralhadora FBP 9mm m/48	LI
Ilustração 15 - Pistola “Parabellum” 9mm m/43	LI
Ilustração 16 - Revolver “Albion” .38” m/45.....	LII
Ilustração 17 - Punhal m/43.....	LII
Ilustração 18 - Lança Granadas de 5cm m/46	LII
Ilustração 19 - Autometralhadora “Humber” Mk IV 7-8 Ton. 3,7 cm 4x4 m/1943.....	LIII
Ilustração 20 - Auto blindado TP7 GM 4x4 TT m/947	LIII
Ilustração 21 - Auto blindado “Bren” TP 1,5 Ton m/42	LIII
Ilustração 22 - Viaturas de reconhecimento e ligação ¼ Ton 4x4 (tipo jeep).....	LIV
Ilustração 23 - Viaturas de ¾ Ton 4x4 (tipo jipão)	LIV
Ilustração 24 - Motos simples.....	LIV

Ilustração 25 – “Land Rover” 0,5 Ton 4x4 m/956	LIV
Ilustração 26 - Viatura de 2 Ton 4x2 Chevrolet m/42	LV
Ilustração 27 - Viatura de 4,2 Ton	LV
Ilustração 28 - Autotanque Água 3.000 litros	LV
Ilustração 29 - Moto com carro lateral Zundap m/940	LV
Ilustração 30 - Posto rádio emissor-receptor P 19	LVI
Ilustração 31 - Postos de rádio emissores-receptores P19 (Autometralhadoras “Humber”)	LVI
Ilustração 32 - Postos de rádio emissores-receptores ZC 1 MK II	LVI
Ilustração 33 - Postos de rádio emissores-receptores BC-1000 (SCR-300)	LVII
Ilustração 34 - Unidades de alimentação PP-114/VRC-3 (para os BC-1000)	LVII
Ilustração 35 - Plano de Operações Sentinela em execução a dezembro de 1961	LVIII
Ilustração 36 - Ações das forças militares portuguesas e da UI	LIX

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Resposta à questão 1 da 2ª fase da entrevista.....	XXX
Tabela 2 - Resposta à questão 2 da 2ª fase da entrevista.....	XXX
Tabela 3 - Resposta à questão 3 da 2ª fase da entrevista.....	XXXI
Tabela 4 - Resposta à questão 4 da 2ª fase da entrevista.....	XXXI
Tabela 5 - Resposta à questão 5 da 2ª fase da entrevista.....	XXXII
Tabela 6 - Resposta à questão 6 da 2ª fase da entrevista.....	XXXII
Tabela 7 - Resposta à questão 7 da 2ª fase da entrevista.....	XXXII
Tabela 8 - Resposta à questão 8 da 2ª fase da entrevista.....	XXXIII
Tabela 9 - Resposta à questão 9 da 2ª fase da entrevista.....	XXXIII
Tabela 10 - Resposta à questão 10 da 2ª fase da entrevista.....	XXXIV
Tabela 11 - Resposta às questões da 3ª fase da entrevista.....	XXXV

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT	Agrupamento Tático
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BArt	Bateria de Artilharia
BÇac	Batalhão de Caçadores
CCaç	Companhia de Caçadores
CDA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CEP	Corpo Expedicionário Português
Cor	Coronel
DL	Decreto de Lei
ECav	Esquadrão de Cavalaria
EP	Estado Português
EPI	Estado Português na Índia
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAEI	Forças Armadas do Estado da Índia
FNEI	Forças Navais do Estado da Índia
GCav	Grupo de Cavalaria
GFEI	Guarda Fiscal do Estado da Índia
2ª GGM	2ª Grande Guerra Mundial
HQD	Hipótese da Questão Derivada
In	Inimigo
IP	Índia Portuguesa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

N.I.C.C.M.	Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar
NEP	Normas de Execução Permanente
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI	Polícia do Estado da Índia
PG	Prisioneiros de Guerra
Prof	Professor
QD	Questão Derivada
RQD	Resposta à Questão Derivada
SPSS	<i>“Statistical Package for the Social Sciences”</i>
Sr	Senhor
STAIP	Serviços de Transportes Aéreos da Índia Portuguesa
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TAIP	Transportes Aéreos da Índia Portuguesa
TP	Transporte Pessoal
UI	União Indiana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho enquadra-se no Mestrado Integrado de Ciências Militares, especialidade de Cavalaria da Academia Militar. Este assume a forma de Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

Enquadra-se na área científica de História, Relações Internacionais e Estratégia, tendo como assunto:

- Investigar com base histórica os acontecimentos no Estado Português na Índia;
- Verificar como decorreram os acontecimentos na região;
- Analisar se o Estado Português tinha condições para manter o território na Índia,

no período compreendido entre 1947 a 1962.

Assim, a finalidade deste tema é investigar numa perspetiva histórica os acontecimentos que levaram ao fim do Império Português na Índia. Procura-se analisar como decorreram alguns incidentes e quais as consequências que trouxeram para o Estado Português. Por fim, com o recurso a entrevistas, a pessoas que estiveram no período em causa no Estado Português na Índia, procurou-se tirar partido das suas experiências pessoais, para melhor entender o período em estudo.

Esta investigação irá permitir-nos verificar se o Estado Português tinha capacidade de manter os territórios na Índia e decidir qual a melhor opção.

O estudo em causa conduz-nos às questões, Central e Derivadas e à obtenção de respostas às mesmas.

Para considerar as premissas anteriormente referidas, temos como Objetivo Geral investigar os acontecimentos que levaram ao fim do Império Português na Índia. Analisar alguns incidentes testemunhados por elementos que tiveram intervenção ativa nesses acontecimentos e quais as consequências para o Estado.

Para abordar o objetivo específico, temos de analisar se o Estado Português tinha capacidade para manter o território na Índia.

Como Metodologia, aplicámos os seguintes processos para a execução do trabalho. No processo de análise de factos, foi utilizado o Método Indutivo. O presente trabalho foi desenvolvido seguindo uma metodologia científica, que tem por base uma abordagem qualitativa. O objetivo final desta investigação constitui-se como um Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada.

A abordagem qualitativa é baseada em processos de raciocínio indutivo. Parte-se de análises parcelares de dados, de forma a possibilitar a compreensão da problemática existente, devendo ser efetuada uma revisão da literatura após a análise dos dados.

Para a abordagem qualitativa, foram utilizados dados obtidos através de entrevistas a pessoas com conhecimento na área. Por fim foram recolhidos elementos baseados em documentos históricos, que nos permitiram obter conclusões.

Para este trabalho utilizámos a entrevista semiestruturada. Foi realizado um guião, pelo qual as entrevistas foram orientadas, conseguindo assim responder à problemática pretendida, abordando os assuntos previamente determinados.

A análise documental teve como objetivo desenvolver o conhecimento histórico para a formulação do enquadramento teórico.

A escolha dos entrevistados teve por base determinados critérios:

- Terem experiências presenciais na situação em análise.
- Terem conhecimento reconhecido dos factos do tema em estudo.
- Terem acesso a dados fatuais sobre a temática.

Neste trabalho procuramos responder à Questão Central que se define como: “No período de 1947 a 1962, quais os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Português na Índia e em que condição se encontrava a defesa do território?”.

O trabalho está estruturado em 4 Capítulos. O 1º Capítulo com Revisão de Literatura procura obter conclusões, baseadas na análise de documentos e de fontes históricas. O 2º Capítulo corresponde à Metodologia, onde se pretende demonstrar como foram recolhidos os dados e de que forma foram tratados.

O 3º Capítulo refere a Apresentação e Análise de Resultados onde faz uma análise às entrevistas realizadas, consolidando a informação recolhida.

Por fim o 4º Capítulo apresenta as Conclusões, onde se responde às questões derivadas e à Questão Central.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Síntese histórica da Índia Portuguesa

Numa altura em que o comércio era dominado pelo Império Árabe¹, a Ásia era uma fonte de grandes recursos de matérias-primas e riquezas, que eram muito apreciadas pela Europa. O único caminho conhecido até à Índia era pelo Mar Vermelho, por onde as embarcações transportavam as mercadorias orientais, que tinham de ser levadas através de longos desertos, que só eram atravessados por dromedários². Só assim se podia chegar à Índia. Com este poder comercial os Árabes dominavam a economia mundial e os Cristãos viviam sob dependência destes. (Brochado, 1954)

Assim surge a necessidade de descobrir o caminho marítimo para a Índia. Em 1474, os navegadores portugueses iniciaram as tentativas de contornar a África, com o objetivo de atingir a Índia, incentivados pelo filho de D. Afonso V³, o infante D. João, que se dirigia pessoalmente às tripulações. (Saraiva, 1993)

Quando em 1480 é celebrado o Tratado de Alcáçovas-Toledo⁴, os navegadores portugueses iniciaram as viagens destinadas a descobrir a passagem para o Índico.

Por fim, após duas fases de negociações entre Portugal e Espanha, é acordado o Tratado de Tordesilhas⁵. Este consistia em dividir o mundo em duas zonas de influência, fazendo-se a divisão por meio do meridiano traçado “a 370 léguas ao ocidente das ilhas de

¹ Século XV.

² Capazes de andar continuamente durante várias horas sem beber água nem comer. Este era o meio de transporte mais utilizado para realizar essas viagens.

³ Rei de Portugal de 1438 a 1480.

⁴ Tratado celebrado em 1479, onde numa das cláusulas o “*mundo é dividido em duas metades, delimitadas pelo paralelo das Canárias. A parte Norte ficaria para Espanha, a parte Sul pertenceria a Portugal.*” (Saraiva, 1993)

⁵ Celebrado a 7 de Junho de 1494.

Cabo Verde.”. O hemisfério a Ocidente pertencia a Espanha e o hemisfério a Oriente a Portugal. (Pires, 1943, pp. 272-281)

Desde então o esforço de D. João II⁶ foi direcionado para a realização da primeira viagem marítima à Índia. Este objetivo foi continuado e concretizado por D. Manuel I⁷. A 8 de julho de 1497 sai de Lisboa a armada comandada por Vasco da Gama para descobrir o caminho marítimo para a Índia, sendo esta armada constituída por 4 navios. Esta lança âncora em Calecute a 20 de maio de 1498 que, como se pode observar no anexo A, encontra-se integrado na costa do Malabar, na Península do Industão. (Leitão, 1995)

Ao longo de 3 meses, Vasco da Gama estabelece boas relações com o Samorim⁸ de Calecute. Estas relações eram indispensáveis para trocas comerciais no Oriente. Mas com o passar do tempo começou a existir complicações com as relações de Vasco da Gama com o Samorim. Este incentivado pelo Mouros, procura ações violentas contra Vasco da Gama. Embora tais ações não pusessem em causa o carregamento de especiarias que Portugal tanto esperava. (Pires, 1943)

A primeira viagem de regresso a Portugal iniciou-se a 29 de agosto de 1498 e teve a duração de cerca de um ano, com a sua chegada a Portugal em agosto de 1499. Nesta viagem a armada portuguesa perde um dos navios e cerca de metade da tripulação. Mas pode-se continuar a considerar que esta viagem iria mudar o rumo de Portugal. (Pires, 1943) Com este acontecimento, inicia-se um conjunto de viagens e conquistas de extrema importância para Portugal, que são a origem da presença de Portugal na Índia.

No ano de 1500, parte de Portugal, rumo à Índia o grande comandante militar, navegador e explorador português, Pedro Álvares Cabral, com 13 naus e 1500 homens. Mas devido a um desvio na rota para sudoeste, a 22 de abril de 1500 esta armada atinge Terras de Vera Cruz, que viriam depois a ser chamadas de Brasil. Em fins de maio Pedro Álvares Cabral inicia a viagem rumo à Índia e a 13 de setembro chega a Calecute, onde através de um acordo, em conjunto com o Samorim de Calecute⁹ funda uma feitoria¹⁰. (Morais, 1997)

⁶ Rei de Portugal de 1481 a 1495, considerado o “*Príncipe Perfeito*”.

⁷ Rei de Portugal de 1495 a 1521, pois a sua ascensão ao trono foi devida à morte do único filho de D. João II, infante D. Afonso em 1491.

⁸ Soberano de Calecute. Podendo se observado através do quadro pintado a óleo por Veloso Salgado, onde está representado Vasco da Gama perante o Samorim de Calecute, quadro que se encontra na sociedade de geografia de Lisboa.

⁹ Conforme se pode observar na tela pintada por Veloso Salgado na Sociedade de Geografia.

¹⁰ Local onde eram efetuadas as trocas comerciais, normalmente eram fortificadas e Portugal tinha como preferência que estas se localizassem junto das costas.

Embora existindo este acordo, os mouros atacaram os portugueses, tendo massacrado todos os que se encontravam na feitoria. Como represália, os portugueses bombardearam Calecute e destruíram as naus dos mouros. (Morais, 1997)

A partir de 24 de dezembro de 1500 até 1501 estabelecem-se feitorias em Cochim e Cananor, por Pedro Álvares Cabral e por João da Nova¹¹ respetivamente.

A 6 de abril de 1503, parte pela primeira vez para a Índia, a armada comandada por Afonso de Albuquerque e a partir deste momento Portugal, começa a estabelecer feitorias e torna permanente a presença política nas terras conquistadas¹². O primeiro representante da autoridade portuguesa foi D. Francisco de Almeida, Vice-Rei¹³ em Cochim. (Pissarra, 2002)

Por fim, em fevereiro de 1510 inicia-se um conjunto de conquistas e reconquistas de Goa, por Afonso de Albuquerque¹⁴, como se pode perceber na leitura do anexo B. (Costa & Rodrigues, 2008)

Goa era privilegiada por ter uma posição geográfica que era chave para o controlo do comércio local. Este representava em volume o lucro do comércio entre a Índia e a Europa.

Em 1515, após a conquista de Ormuz, morre Afonso de Albuquerque. (Leitão, 1995) O Estado Português na Índia (EPI) tinha atingido a sua configuração definitiva, (Coutinho, 2014), nesta altura ainda não se tinha conquistado a ilha de Ceilão¹⁵, Diu, Damão e Bombaim. A Conquista de Diu efetiva-se em 1528, por Nuno da Cunha, que mais tarde viria a ser governador da Índia de 1529 a 1538. Damão e Bombaim são conquistados mais tarde por Martim Afonso de Sousa¹⁶, em 1534. (Leitão, 1995)

Só em 1530, Goa é declarada como capital política e administrativa do EPI. Neste período até 1580, a Índia foi palco de grandes transformações não só de infraestruturas, com as construções de fortalezas nas feitorias portuguesas, mas também foram verificadas evoluções a nível tecnológico, medicinal e religioso.

Em 1580¹⁷ o trono de Portugal é ocupado por D. Filipe II de Espanha, Filipe I de Portugal. (Leitão, 1995) Os problemas para Portugal começaram com a fraca rentabilidade da carreira da Índia, mas a principal dificuldade para Portugal surge quando as relações

¹¹ Navegador português que na sua expedição leva pela primeira vez naus de mercadores, autorizados por D. Manuel.

¹² Ceilão a 1506 a 1658, Chaúl de 1508 e 1509 e algumas cidades adjacentes.

¹³ Governador da Índia de 1505 a 1509.

¹⁴ Governador da Índia de 1509 a 1515.

¹⁵ Conquistada só em 1518, por Diogo Lopes de Sequeira na altura governador da Índia.

¹⁶ Governador da Índia de 1542 a 1545.

¹⁷ Portugal é invadido pelo exército espanhol e perde a sua independência.

que este tinha com países como Holanda e Inglaterra foram afetadas. Estes passavam assim de aliados a inimigos. (Coutinho, 2014)

Portugal sob o domínio espanhol¹⁸ inicia um período de decadência dos territórios na Índia, pois este só termina em 1740 com a saída de Portugal de Chaul, ficando a Norte da Índia os territórios de Damão e Diu a pertencer ao EPI.

Estes territórios que pertenciam a Portugal, foram ocupados à força por holandeses e franceses, mas Portugal também teve a necessidade de ceder territórios por questões diplomáticas, como foi o caso de Bombaim, mesmo já depois de ter sido restaurada a independência do país.

Portugal que nesta altura¹⁹ estava em grandes dificuldades financeiras, falta de forças militares e sem o apoio de aliados, inicia negociações com os ingleses com vista a retomar a velha aliança militar. (Saraiva, 1993) Surge então a 3 de junho de 1661 o novo acordo de amizade entre Carlos II de Inglaterra e Afonso VI de Portugal, denominado por Tratado Luso-Britânico, onde os ingleses enviariam para Portugal dois regimentos de cavalaria e dois regimentos de infantaria, para prestar apoio caso existisse a tentativa de invasão por parte de Espanha. Portugal em troca negociou o casamento de D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV, com o rei de Inglaterra, D. Carlos II. Junto com a mesma eram entregues os territórios de Tânger em África, Bombaim na Índia e os ingleses ficavam autorizados a estabelecer feitorias nos domínios portugueses nas cidades de Goa, Cochim, Diu na Índia e Pernambuco e Rio de Janeiro no Brasil. (Coutinho, 2014)

Neste tratado de 1661, os ingleses tinham obrigação de defender os territórios ultramarinos portugueses, sendo este constituído por “*todas as conquistas e colónias pertencentes à coroa de Portugal, contra todos os seus inimigos presentes e futuros.*”. (Barreiros, 1962)

Verifica-se então que, desde 1740 até 1910, os territórios portugueses na Índia sofreram assaltos, violência e destruição, mas mantiveram-se com a mesma configuração até próximo de 1961. (Saraiva, 1993)

Goa que foi conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510 e sendo a sede principal, nunca deixou de pertencer a Portugal até à data da sua invasão em 1961. Foi esta a razão pela qual o Estado Português (EP), não a abandonou, quando mais tarde surgem os problemas com a União Indiana (UI).

¹⁸ De 1580 a 1640.

¹⁹ Em 1660, quando os conflitos entre Espanha e França tinham terminado, Espanha tinha as suas forças livres para as utilizar contra Portugal.

1.2. Enquadramento político, estratégico e militar

1.2.1. A extensão colonial Portuguesa

A 7 de setembro de 1822, Portugal perde os seus territórios no Brasil e este proclama a sua independência. Portugal adquiria assim a extensão colonial que tem relevância para este trabalho, até 1961.

Sob seu domínio, Portugal tinha vários territórios dispersos pelo mundo. No Oriente, os territórios em Goa, Damão, Diu, o porto de Macau e Timor. Em África, os territórios de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. (Alexandre, 2004)

Após 1860 e por questões económicas de Portugal, intensificam-se as trocas entre Portugal e as suas colónias. O aumento de trocas comerciais entre Portugal e as colónias de África vem sobrepor-se à importância dos restantes territórios portugueses na altura. De igual modo se verifica que a perda do Brasil levou Portugal a centrar as suas atenções em África. (Duarte, 2000 - 2002)

Nesta altura o EPI era constituído por Goa, que incluía a Ilha de Anjediva, Damão, com os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e Diu, tendo esta extensão territorial um total de aproximadamente $4.793Km^2$, como se pode observar no anexo C. (Coutinho, 2014)

Na verdade, os $4.793Km^2$ pouco significado tinham no quadro do ultramar português, pois era reduzido o seu valor económico, comparado com as colónias de Angola e Moçambique. (Oliveira, 1958)

Portugal sofria então grandes mudanças, nomeadamente com a implantação da República a 5 de outubro de 1910, mudanças que implementam no EPI bases orgânicas de administração civil e financeiras, que davam a estes territórios grande autonomia a quem os governava²⁰.

No mesmo período o mundo começa a enfrentar grandes alterações a todos os níveis, com o início da 1ª Guerra Mundial²¹. Até este período o mundo era das grandes potências coloniais europeias, mas após o final da 1ª Grande Guerra estes impérios começam a vacilar. (Coutinho, 2014)

²⁰ Na altura o Governador-Geral do EPI era Francisco Manuel Couceiro da Costa de 1910 a 1917.

²¹ 4 e agosto de 1914.

Portugal nesta altura começa a focar as suas atenções na Europa e na ajuda aos seus aliados. A 4 de abril de 1917 é mobilizada a primeira unidade portuguesa, tendo como seu comandante (Corpo Expedicionário Português - CEP) o General Tamagnini de Abreu e Silva. (Leitão, 1995)

Numa altura em que o esforço de Portugal era a Europa e não a Índia, começam a surgir discussões sobre o fim das colónias a nível mundial, pois em 1928 no *Goa Congress Committee*, iniciam-se discussões sobre a integração na Índia, de Goa, Damão e Diu, que com o início da 2ª Guerra Mundial se dissipou. (Coutinho, 2014)

Este facto veio-se a intensificar novamente com o fim da 2ª Guerra Mundial²², com os Estados Unidos da América (EUA) e os Ingleses a assinarem a “*Carta do Atlântico*”²³ que prometia pôr fim aos impérios e às suas colónias.

1.2.2. O fim da 2ª GGM. O início do conflito do EPI e a entrada na OTAN

O fim da 2ª Guerra Mundial é marcado pela criação de dois blocos políticos, um constituído pelos EUA e outro constituído pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou mais conhecida como União Soviética (URSS). Estas duas potências vão ditar os destinos mundiais na segunda metade do século XX. (Duarte, 2000 - 2002)

Em junho de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com a missão de estabelecer relações diplomáticas entre os seus 51 países membros. Com a criação da Carta da ONU, Inglaterra inicia o processo de descolonização das suas colónias. (Couto F. C., 1961)

É então no quadro da Guerra Fria, que se inicia um período de confrontos, liderado pelo pacifista Mahatma Gandhi²⁴, que obrigou a Inglaterra a conceder a independência à Índia, em conjunto com a intervenção da ONU. (Duarte, 2000 - 2002)

²² De 1939 a 1945

²³ Assinada em 14 de Agosto de 1941, pelo Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt e pelo Primeiro-Ministro Britânico Winston Churchill, onde são fixadas as bases sobre as relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra depois da guerra. Esta serve depois como inspiração para a Carta da ONU, onde nos artigos VI e VII deste documento, encontra-se descrito no sexto artigo, “*Depois da destruição completa da tirania nazi, espera-se que seja estabelecida uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro das suas próprias fronteiras e aos homens em todas as terras, a garantia de existências livres de medos e de privações.*” e no sétimo artigo, “*Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos.*”. (Marcílio, 2010)

²⁴ Mohandas Karamchand Gandhi era advogado, foi a partir de 1919 promotor das revoluções pacifistas, movimento chamado de *Satyagrahas*, que levaram a Inglaterra, mais tarde a ceder os seus territórios na Índia.

A crise do sistema colonial português inicia-se a 15 de agosto de 1947, com a independência do território inglês na Índia. Nestes territórios ficavam independentes a UI e o Paquistão. (Morais, 1995)

Este dia 15 de agosto é marcado por alguns acontecimentos, tais como, a realização do “*Goa Congress Committee*”, em que é lançada a toda a Índia uma campanha contra a presença portuguesa. Neste mesmo dia o Primeiro-Ministro Dr. Oliveira Salazar envia um telegrama ao Primeiro-Ministro Nehru referindo,

“Animado pelo nunca desmentido interesse com que durante séculos tem acompanhado os destinos da Índia, o governo português deseja nesta memorável ocasião apresentar a V. Exia. os melhores votos pelo sucesso da actividade pacífica e pelo bem-estar futuro dos povos da Índia” (Nogueira, 1980, p. 79)

No dia seguinte responde de imediato o Primeiro-Ministro Nehru,

“Apresso-me a agradecer a Vª. Exia. pela amável mensagem que me enviou na ocasião em que a Índia alcançou o seu almejado objectivo de soberania e aproveitou esta oportunidade para lhe apresentar os protestos da minha mais alta consideração.” (Nogueira, 1980, p. 80)

Com esta troca de mensagens inicia-se um processo de negociações entre o EP e UI, numa altura em que Portugal acreditava que a defesa dos territórios do EPI seria eficaz contra um regime de espírito pacifista. (Coutinho, 2014)

Para a UI os 3 anos seguintes são passados com grandes problemas económicos e políticos, com a saída dos ingleses a UI sofreu um desequilíbrio. Com a saída da maioria dos funcionários ingleses, os funcionários indianos, mesmo tendo qualificações, não eram suficientes para ocupar todas as vagas e assim inicia-se um período de tentativa de manter a todo o custo, a economia, os caminhos-de-ferro e as indústrias. (Rajan, Chand, & Rydstrom, 1971)

Neste mesmo ano, inicia-se a guerra entre a UI e o Paquistão por virtude do território de Caxemira. (Morais, 1997)

Em 1948, continuam as tentativas de negociações entre a UI e o EP onde são discutidas entre delegações dos países, as questões económicas e culturais de Goa, (Coutinho, 2014), no ano em que Mahatma Gandhi é assassinado.

O ano de 1949 é um ano de grandes problemas para o EPI, com a entrada de Portugal para a Organização do Tratado do Atlântico Norte²⁵ (OTAN).

²⁵ A OTAN foi criada pelos EUA, Canadá e os aliados Europeus, que como resposta à expansão da URSS e seus aliados no Pacto de Varsóvia. Portugal era a porta de entrada para a Europa, pois possuía uma excelente base no meio do Oceano Atlântico, a ilha dos Açores. Assim sendo, a OTAN convida Portugal a participar, convite que o Dr. Oliveira Salazar não desperdiçou. (Couto F. C., 1961)

Em Goa começam a ser perseguidos os goeses que, residindo na Índia, afirmassem a nacionalidade portuguesa, numa época em que Nehru referia que “ *Goa é parte da União Indiana e a esta deve regressar*”. (Morais, 1997, p. 204)

A entrada de Portugal para a OTAN teve um elevado significado, com um conjunto de mudanças organizacionais nas Forças Armadas (FA). Com o apoio da OTAN, Portugal acede a tecnologias pós 2ª Guerra Mundial. As forças nacionais passam a ter como prioridade o teatro de operações europeu. As forças do ultramar são movimentadas de modo a reforçar o continente em caso de guerra. (Duarte, 2000 - 2002)

A UI, em julho de 1950 realiza um pedido a Portugal, de forma a entregar os territórios do EPI. Este pedido é marcado como a primeira oposição da UI ao Governo português, provocada por questões religiosas.

Nesta data o Vaticano havia concedido a Portugal o privilégio de propor a nomeação do bispo de Bombaim²⁶. A UI proclamava-se como um estado independente e a cidade de Bombaim fazia parte da UI, a partir do momento em que Inglaterra cedeu estes terrenos. A partir desse momento não poderia consentir que tais privilégios ficassem para Portugal. (Couto F. C., 1961)

Neste mesmo ano os Franceses cedem os seus territórios²⁷ à UI, após a Assembleia Geral das Nações Unidas ter exigido que os franceses e portugueses cumprissem com as exigências do Presidente Indiano Pandita Nehru, entregando à UI a administração dos seus territórios.

Segundo vários autores é neste ano de 1950 que a ideologia do anticolonialismo se torna muito evidente por todo o mundo. Este fenómeno tem como ponto inicial as declarações do Presidente Pandita Nehru dirigidas ao EP. Numa altura em que o mundo era dominado por dois grandes blocos, o ocidental e o oriental, as zonas colonizadas eram nesta altura, locais onde existia população a ser vítima de discriminação, baseada nas diferenças entre as raças ou religião. Estas caracterizavam-se por territórios subdesenvolvidos, por se encontrarem sob dependência política e económica de outros. (Nogueira, 1980)

Estas declarações do Presidente Indiano Pandita Nehru referem que os territórios portugueses na Índia eram “ *uma verruga no território indiano que deteriorava o seu belo rosto*.”. (Alves, 2007)

²⁶ Quando Portugal entregou Bombaim à Inglaterra, como parte do dote de D. Catarina de Bragança, o bispo da cidade passou a ser proposto por Portugal e Inglaterra.

²⁷ Estes territórios da zona Este da Índia, nas regiões de Pondichéry, actualmente Puducherry, Karikal Yanaon, Mahé e Chandernagore, atual Chandannagar.

O governo português em resposta às exigências da Assembleia Geral das Nações Unidas defendeu-se referindo, que a presença portuguesa em Goa já durava por mais de 450 anos e tinha uma grande relevância para com a cultura da região.

Acrescenta ainda o Prof. Oliveira Salazar, no seu discurso proferido na altura, que “*Portugal uno e indivisível do Minho a Timor*”, como era referido na constituição do país. (Alves, 2011, p.40)

Segundo o discurso do Prof. Oliveira Salazar, Portugal não podia “*negociar a cedência, o trespasse de uma fracção do território nacional e das suas populações.*”. (Nogueira, 1980, p. 301)

A UI não aceitou a resposta do governo português e começa a fomentar ações por parte de um movimento denominado por “*Satyagrahas*”²⁸. Estes realizavam pequenas ações, junto das fronteiras de Goa, Damão e Diu, das quais muitas delas eram controladas pelos postos da guarda-fiscal portuguesa. Destes resultaram a detenção de alguns elementos do movimento que foram aprisionados no Forte da Aguada²⁹, que passava assim a ser transformado em prisão. (Alves, 2007)

No ano de 1951, o EP mudava a designação de colónias para províncias ultramarinas e o Presidente Indiano Nehru declara “*que não toleraria os portugueses em Goa ainda que os goeses o quisessem*”. (Couto F. C., 1961, p. 11)

Em 1953 a UI insiste na abertura imediata de negociações a respeito do futuro das colónias portuguesas. Pretendia a integração imediata destas na Índia, a qual o governo português rejeita.

A partir desta altura a UI reforça a sua ação diplomática realizando campanhas na comunicação local, criando dentro das forças policiais indianas o movimento dos “*Satyagrahas*”, incentivos à desobediência civil e a invasão dos territórios portugueses por massas humanas proclamando o pacifismo. (Coutinho, 2014)

Em dezembro deste mesmo ano, a UI institui bloqueios fronteiriços entre Goa, Damão, Diu e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Estas medidas exigiam aos funcionários portugueses a apresentação dos seus vistos para se poderem movimentar no país, isto significava que as deslocações se tornavam dificultadas se não proibidas. (Nogueira, 1980)

²⁸ Expressão criada por Mahatma Gandhi em que refere que “*Satya*” é o berço do mundo, onde neste reside a verdade, seja assim descrita como “*Satya*” como a “*Verdade do que existe*”, sendo “*o que existe não pode ser destruído*”. Assim “*Satyagraha*” tem como significado a Força da Verdade. (Oliveira, 1958, p. 188)

²⁹ Complexo fortificado presente em Goa, construído pelos portugueses no séc. XVI.

Em 1954 inicia-se o conflito direto entre Presidentes, estes procuravam derrotar-se um ao outro por meio da inteligência, persuasão e surpresa de manobra. A opinião pública portuguesa começa a ter a percepção de que se aproximam acontecimentos graves na Índia.

A 20 de julho de 1954, o governador de Damão, ao dirigir-se aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, é impedido de o fazer pelas autoridades indianas e segundo vários autores, é referido como sendo neste dia que são cortadas as ligações com estes territórios.

Então a 22 de julho de 1954, os pequenos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli foram atacados por civis enquadrados por forças da polícia da UI, cuja situação pode ser entendida com a leitura do anexo D, em que neste mesmo anexo se pode ler, que durante a visita do Governador de Damão neste mesmo dia, é informado pelo Subchefe do posto, o senhor Aniceto do Rosário de que nessa mesma noite esperava um ataque ao posto.

A resposta do Governador de Damão é referida no anexo D como “*Tenha coragem rapaz*”, bateu-lhe amigavelmente nas costas. A resposta do senhor Aniceto do Rosário foi “*Parta descansado que, haja o que houver, farei respeitar a bandeira a quem jurei fidelidade*”. É então na noite de 22 de julho de 1954, que se perde efetivamente os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli. Pode-se ler no anexo D, a descrição do ataque efetuado por parte da UI, conforme havia sido informado previamente ao representante do EPI em Damão. O resultado é a morte do subchefe do posto de polícia em Dadrá e de um guarda.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) ao dar conta da gravidade da situação envia um comunicado à UI referindo que o ataque é um “*crime contra a Paz e contra o Direito*” e incita a UI a mostrar boa-fé perante tais ações realizadas. (Nogueira, 1980, p. 350)

Em comunicado publicado a 3 de agosto de 1954, o MNE refere que, agradece o apoio manifestado pelos países amigos, que reagem “*contra a confusa agressão que se move contra os nossos territórios na Índia*”. Refere ainda neste comunicado que a condenação da conduta realizada por parte da UI, é qualificada pelo Primeiro-Ministro de Portugal como sendo um caso para ser revelado ao mundo, onde se pretende apurar de quem é a culpa deste conflito. (M.N.E., 1967, p.55)

O Primeiro-Ministro Prof. Oliveira Salazar afirma ainda a 26 de agosto de 1954 que,

“ *...o conflito não pode ser militarmente resolvido. A pequenez dos territórios e a fraqueza dos recursos locais, a desproporção das forças, a extensão das linhas de comunicação, a distância das bases ou pontos de apoio, tornariam uma guerra na Índia,*

para nós sem finalidade útil, para a UI sem glória e o pior sem termo.”. (N.I.C.C.M., 2011, p. 229)

No entanto refere no final deste seu discurso que,

“... só via a alternativa de negociar ou fazer a guerra. E como essa sua negociação é o acordo sobre a transferência de soberania, inaceitável para nós, não lhe ficaria efectivamente aberto senão o caminho da guerra. A guerra: eis o termo duro, terrível, mas profundamente exacto” (N.I.C.C.M., 2011, p. 229)

“Tudo é historicamente exacto, e nada temos a dizer a isso senão que, apesar do pequeno valor económico do Estado da Índia, a nossa reacção foi sempre igual e que o elemento do direito de propriedade, transparente nesse conceito de soberania, não existe no direito público português.” (Índia, 1954, p. 12)

“No entanto a União receia-a: ela compromete em cheio a sua doutrina política e sai fora dos quadros morais da consciência mundial.” (N.I.C.C.M., 2011, p. 229)

Assim com estas declarações, o governo português tomava como medida, não agravar nenhum ponto referente ao conflito, rejeitar firmemente as propostas de transferência de soberania, reforçar as guarnições militares, por forma a garantir a segurança interna e repelir futuras agressões, o que alterava a perspectiva das forças ultramarinas. Estas deixavam de ter como objetivo reforçar a metrópole em caso de guerra, como era a anterior filosofia, quando Portugal entrou na OTAN em 1949. Assim alterava-se também a política do uso das forças armadas e por fim guarnecer os territórios de Angola, Moçambique e Guiné, por reear ações futuras por parte dos movimentos que também pretendiam a independência dos seus territórios. (Coutinho, 2014)

O EP aguardava a resolução pacífica por parte da UI tendo como certo que esta não iria realizar tais ações contra Goa, Damão ou Diu, justificado pelas declarações do Prof. Oliveira Salazar que assim considerava que o EPI era indefensável, mas a permanência da soberania portuguesas nestes territórios tinha de ser inquestionável. (Nogueira, 1980)

1.2.3. A intervenção da ONU e os acontecimentos até 1961

O ano de 1955 é marcado por várias violações das fronteiras do EPI por parte dos “*Satyagrahas*”. Nesta fase a UI iniciava medidas severas para levar Portugal a negociar a

independência de Goa, Damão e Diu, pois Dadrá e Nagar-Aveli tinham sido declarados como territórios da UI. Ainda neste ano é proibido pela UI o comércio por parte dos barcos de pesca dos portugueses e eram bloqueadas todas as correspondências postais, bem como era encerrada a representação portuguesa em Nova Deli. Assim o EPI ficava isolado de ligações diplomáticas com a metrópole. (Morais, 1997)

A candidatura de Portugal à ONU, que tinha sido feita em 1946 era agora a 14 de dezembro de 1955, aceite em conjunto com outros países, tais como a Espanha e a Itália. A razão de tal demora foi explicada na entrevista realizada ao Professor Doutor Adriano Moreira³⁰, que pode ser consultada no apêndice G, em que o mesmo explica que, a demora da entrada de Portugal na ONU não foi originada pelo regime político da altura, muito menos por causa das colónias, como se pode encontrar escrito por muitos autores, esta demora sucedeu porque,

“Não podia entrar nenhum país na ONU, sem que o Conselho de Segurança o aprovasse e como já existia rivalidade entre membros deste Conselho, nomeadamente entre os EUA e a URSS, verificou-se então a demora para não serem alteradas as maiorias na Assembleia Geral.” (Apêndice G do presente trabalho)

Segundo o Prof. Dr. Adriano Moreira depois da entrada de Portugal na ONU é que surge um problema com as colónias, que chegou mais tarde, a pôr em causa a permanência de Portugal na organização. A interpretação da Carta das Nações Unidas era divergente entre a ONU e a sua ideia da descolonização e a leitura feita pelo EP.

“Na altura a ideia de descolonização para a ONU só dizia respeito a países da Europa, no entanto a interpretação da Carta feita por Portugal, que se considerava um país Unitário segundo a sua Constituição. Assim sendo, como país Unitário não tinha que fazer distinções.” (Apêndice G do presente trabalho)

A ONU face a estas declarações referia que, quando Portugal integrou a organização tinha conhecimento sobre quais as condições e qual a interpretação da Carta das Nações Unidas, estas condições não iriam sofrer alterações com a entrada de Portugal.

Segundo ainda o Prof. Dr. Adriano Moreira, é referido na entrevista que apesar do princípio da Carta das Nações Unidas ser a descolonização, nenhuma descolonização a nível mundial foi executada sem recurso a intervenções militares.

³⁰ Delegado em representação de Portugal na ONU de 1957 a 1959.

Depois da entrada de Portugal e com todas estas discussões, a 19 de dezembro de 1955 entrega ao secretário-geral da ONU uma declaração apresentando queixa contra a UI, pela ocupação ilegal de Dadrá e Nagar-Aveli, bem como sobre o bloqueio comercial e postal.

Durante os 5 anos seguintes o EPI sofreu pequenas violações fronteiriças que eram controladas pelos postos de polícia local e só em raras exceções, eram utilizadas as forças militares presentes, como forma de demonstração de força.

Durante estes 5 anos o EPI tem ainda duas grandes fases para as forças militares presentes no EPI. Em 1955 é realizada uma inspeção pelo Chefe do Estado Maior do Exército, General Barros Rodrigues às tropas e serviços no EPI³¹. Desta inspeção resulta a elaboração de um relatório, que segundo o Coronel Tabora e Silva, expresso no apêndice B, foi um relatório que descrevia na perfeição as necessidades das forças militares presentes no EPI, de onde é apresentada uma nova “Concepção de Defesa”. (N.I.C.C.M., 2011)

Neste relatório são definidas as ações que deviam ser tomadas pelas forças terrestres e navais. As forças terrestres tinham como missão,

“Fazer face a todos os ataques em terra, quaisquer que sejam a sua natureza e envergadura, lutando até ao último extremo sobre as posições que lhes tenham sido fixadas e, dominada a sua resistência organizada, prolongar a luta onde for possível através de intensa acção de guerrilha.” (Alves, 2007, p. 21)

As forças navais tinham como missão,

“Garantir o exercício da Soberania Nacional em águas territoriais e cooperar com as Forças Terrestres, quer apoiando-as directamente, quer assegurando a ligação por mar entre todos os territórios de Goa, Damão e Diu.” (Alves, 2007, p. 21)

Partindo destas missões atribuídas às forças militares no EPI, inicia-se um processo de reforço das forças militares e a atribuição de um novo plano de operações, denominado por “Plano de Operações Gralha”³², onde se passa de um efetivo de cerca de 6.750 homens, entre armas, serviço 6.496 homens e forças navais cerca de 250 homens, para um efetivo

³¹ O Governador Geral e Comandante Chefe era o Sr. General Bernard Guedes que termina a sua comissão a 9 de outubro de 1958.

³² Inicia em junho de 1956 e termina em março de 1961.

de quase 12.500 homens presentes no EPI, para exercer funções de segurança e defesa dos territórios do Estado. (N.I.C.C.M., 2011)

Em 1957 o EP inicia o reforço³³ das forças do exército e da marinha. Esta situação é confirmada na entrevista realizada ao Coronel Rogério Taborda e Silva, que se pode consultar no apêndice B, sendo o mesmo nesta altura Capitão de Artilharia. Tendo comandado a Bateria de Artilharia Antiaérea e mais tarde seria Comandante do Destacamento de Serviços e Materiais no EPI.

Este refere durante a sua entrevista que,

“...no período em que estive na Índia tínhamos o máximo de efetivo. Posso dizer que tínhamos capacidade para manter o território português, mas muito embora os meios não facilitassem a tarefa, podiam mesmo ter condicionado a defesa do território na altura.” (Apêndice B do presente trabalho)

Ainda acrescenta que muito embora se tivesse verificado o máximo de efetivo em 1958, este era composto por muitos nativos goeses que se tinham juntado às forças portuguesas. Muitos destes nem falavam a língua portuguesa, o que tornava necessário a presença de um tradutor que muitas vezes não estava presente. Segundo a experiência do Coronel Taborda e Silva, se tivesse existido uma ameaça e a necessidade de defender o território do EPI, muitos dos nativos que prestavam serviço junto das forças portuguesas teriam desertado.

A estas forças militares no EPI estava atribuída a seguinte missão,

“Realizar acção inicial de gastamento levada o mais longe possível e fazer face a todos os ataques quaisquer que sejam a sua natureza e a sua envergadura, ocupando, organizando e defendendo uma posição que, apoiada num obstáculo natural e no mar, cubra a região Pangim-Mormugão, impedindo a todo o custo a sua queda em poder do inimigo” (Alves, 2007, p. 22)

Neste ano de 1958 inicia a sua comissão, como Governador Geral do EPI o Senhor Brigadeiro General Manuel António Vassalo e Silva³⁴, levando na carta de comando que lhe tinha sido concedida, a 4 de dezembro de 1958, 3 tópicos fundamentais.

³³ Transportado pelo Paquete “Niassa”.

³⁴ Em 1960 é promovido ao posto de General até cessar funções em 1962.

O primeiro era referente à sua nomeação, o segundo era referente aos meios que tinha ao seu dispor, conforme a ordem de batalha aprovada para o “Plano de Operações Gralha” e as funções inerentes à sua função de Governador Geral e o terceiro tópico referente à sua missão para cessar hostilidades. (Vassalo e Silva, 1963)

Neste 3º tópico estava então descrito que,

“ Salvo ordem expressa do Governo Central, a resistência na defesa dos territórios do Estado da Índia será conduzida até ao esgotamento das munições ou víveres. Em nenhum caso, poderá o Estado da Índia negociar a paz, nem mesmo os preliminares da paz, unicamente é concedido ao Comandante-Chefe, a prerrogativa de estabelecer entendimentos com o inimigo para a suspensão das hostilidades.” (N.I.C.C.M., 2011, p. 243)

Nesta altura o Sr. Brigadeiro General Vassalo e Silva, perante a missão que lhe tinha sido atribuída, inicia uma reforma no EPI a nível de restauro e reedificação implementando melhoria em igrejas e conventos em todo o território de Goa, melhorando assim a qualidade de vida das populações e das forças militares. (Morais, 1997)

Segundo as entrevistas realizadas ao Sr. Sargento-Mor Francisco da Silva Braz e ao Sr. Guarda-Fiscal na Reforma Paulo António Carmo dos Santos, nos apêndices C e F respectivamente, nesta altura no EPI não existia receio de um ataque por parte da UI. Segundo o Sr. Sargento-Mor Braz, durante a sua permanência de 1959 a 1961, as missões que o mesmo desempenhava eram de demonstração de força, quando solicitado pela polícia local.

Durante este período, segundo referiu na sua entrevista o Sr. Guarda-Fiscal na Reforma Paulo dos Santos, que na altura desempenhava funções de cabo-enfermeiro, as únicas vezes que teve contacto com feridos causados por ações de combate ou tentativas de ações terroristas contra o EPI, foram a feridos que pertenciam ao movimento do “*Satyagrahas*”, que precisavam de assistência médica por problemas de saúde ou então porque tinha de recolher restos dos corpos de indivíduos do movimento “*Satyagrahas*”, que na tentativa de utilizar engenhos explosivos faziam-se explodir antes de conseguir executar as suas ações, que muitas das vezes eram, tentar destruir condutas de abastecimento de água em Goa.

Neste período no EPI, nada fazia prever que existisse um ataque, e em Lisboa a atenção estava concentrada agora nos problemas de África. Quando a 12 de abril de 1960,

cerca de 15 juízes proferiram a decisão do Tribunal Internacional de Justiça³⁵, deliberando os seguintes pontos:

- Era inteiramente legítima a soberania de EP sobre Dadrá e Nagar-Aveli;
- Era reconhecido o princípio do direito de passagem através do território indiano por parte das autoridades portuguesas, não sendo sujeitos a quaisquer limitações quanto ao trânsito de pessoas, funcionários e mercadorias; (Lima, 2008)

Em resumo, Portugal ficava assim com o direito de continuar a deter a soberania sobre os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, bem como a retirada do bloqueio comercial e postal nas fronteiras do EPI. (Coutinho, 2014)

A União Indiana no entanto não regulariza a situação nos enclaves e a mesma mantém-se como anteriormente. (Turismo, 1962).

No dia 24 de novembro de 1960, segundo o Decreto de Lei (DL) 43.351, 273/60 SÉRIE I do Ministério do Exército é adotada uma nova reorganização territorial para todo o território nacional. Esta tinha como finalidade constituir uma infraestrutura permanente do Exército, com vista a assegurar, em tempo de paz e em tempo de guerra, o funcionamento das suas atividades. (Exército, 1961)

A 30 de novembro, dias após a decisão do Ministério do Exército, o Sr. General Costa Gomes, a exercer funções de Subsecretário de Estado do Exército com o posto de Tenente-Coronel na altura, realiza uma visita ao EPI que termina a 18 de dezembro. A finalidade desta visita era realizar estudos sobre a reestruturação dos quadros orgânicos para as unidades do ultramar e a sua aplicação no EPI, estudo relativo a problemas com material, armazenamento e necessidades, deficiências nas transmissões e estudo sobre possível redução e modificações no campo administrativo. (N.I.C.C.M., 2011)

Esta visita e o estudo realizado, tinham por base três grandes pensamentos para o EP. O primeiro era que o EPI se encontrava muito longe para um rápido apoio se necessário e tinha uma grande ameaça junto de si. O segundo pensamento era que Portugal não tinha ligações diretas com Goa, pois tinha de comunicar por vias diplomáticas primeiro com o Paquistão e só assim eram passadas as mensagens para Goa. Por último era necessário reforçar as guarnições militares de Angola e Moçambique, onde se esperava que em breve surgissem ameaças por parte dos movimentos independentistas. (Coutinho, 2014)

A 15 de dezembro de 1960, Portugal foi chamado pela ONU, pois esta deixava a partir do final deste ano de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas, como

³⁵ Principal Órgão judicial das ONU, sediado em Haia.

parte integrante de Portugal e impunha que este concedesse a autodeterminação a todos os territórios, num ano em que em África, 14 antigas colónias europeias integravam agora a Assembleia Geral como países independentes. (Duarte, 2000 - 2002)

Com todas esta conflitualidade a surgir com os territórios em África, fica decidido para o EPI, três resoluções a serem implementadas e que mais tarde vêm a ser decisivas para o rumo do EPI.

A primeira foi a redução das guarnições do EPI para um máximo de 3500 homens com nacionalidade portuguesa. O segundo era baseado no discurso já mencionado no trabalho, onde o Prof. Oliveira Salazar na Assembleia da República a 30 de novembro de 1954, refere que o EPI é indefensável e deste modo o estudo executado pelo General Costa Gomes recorre desta ideia e descreve que a presença militar no EPI devia ter apenas capacidade policial e antiterrorista. Por último executar uma redução da presença naval, resumindo as forças apenas ao Aviso de 1ª classe³⁶ “Afonso de Albuquerque” e a três lanchas de fiscalização.

Segundo o Prof. Dr. Adriano Moreira na sua entrevista no apêndice G, quando o Sr. General Costa Gomes propõe a redução do efetivo militar, como fundamento, tinha por base uma ideia muito racional, pois segundo a Política que o Presidente Nehru seguia, não seria de esperar um ataque por parte das forças da União Indiana, visto que estas apelavam ao pacifismo e uma força meramente representativa era mais que suficiente para manter o símbolo de soberania do EP presente, visto que Portugal tinha necessidade de ter forças noutros teatros de operações.

Segundo o Sr. General Pereira Coutinho (entrevista no apêndice A), a decisão do EP de reduzir os efetivos de 12.000 homens para 3.500, ofereceu à União Indiana a oportunidade para anexar o EPI.

“A partir deste momento, a guarnição portuguesa de Goa passou a sentir-se abandonada pelo Governo de Lisboa.” (Coutinho, 2014, p. 11)

Numa altura em que eram atualizados os abonos para as diferentes forças terrestres ultramarinas. Segundo determinava o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional o Sr. General Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz, pelo DL nº 43.560 de 17 de dezembro de 1960, em que o EPI passa a ser um dos territórios onde a remuneração para todas as classes atingia o valor mais equilibrado. (MDN, 1961)

³⁶ Denominação dos navios destinados ao ultramar, equiparado à classe de fragata.

Inicia-se uma redução de efetivo militar no EPI. Tal redução vai fazer com que os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961, que surgem em Angola, tomem grandes proporções. Tal facto teve repercussões importantes na IP. (Morais, 1997)

Com estes incidentes a tornarem-se cada vez mais preocupantes, o Governo Português toma precauções imediatas. Assim em março de 1961 iniciaram-se as movimentações militares das guarnições do EPI para as frentes em Angola. No caso de Goa, Damão e Diu as suas guarnições que, à época, eram já de apenas cerca de 7500 homens, tiveram uma redução de cerca de 5000 homens, ficando, como pretendido pelo estudo do Sr. General Costa Gomes, cerca 3500 homens nacionais e nativos. (Aranha, 2008)

Assim, neste mês de março de 1961 entra em execução o Plano de Operações denominado por “Sentinela”, cuja disposição inicial das forças no terreno pode ser consultada no anexo E.

1.2.4. A organização do Exército Português

O decorrer de todas as ações tomadas no EPI, provocaram variadas alterações nas forças militares.

Até se iniciarem os conflitos em 1954 com a UI a invadir e ocupar os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, o EPI tinha efetivos reduzidos, que foram aumentando à medida que foram aumentando os indícios de uma possível crise com a UI. (N.I.C.C.M., 2011)

Estes reforços vinham não só de forças provenientes da metrópole, Açores e Madeira, mas também de Angola e Moçambique. Em 1955 após os ataques de 1954 o efetivo total das Forças Armadas do Estado da Índia (FAEI) era de cerca de 7000 homens, nestes estavam incluídos os 600 Polícias do Estado da Índia (PEI) e os 250 homens da Guarda-Fiscal do Estado da Índia (GFEI). A prestar serviço no EPI estavam de igual modo as Forças Navais do Estado da Índia (FNEI), com um efetivo de cerca de 250 homens, distribuído pelo Aviso de 1ª Classe “Afonso de Albuquerque” e mais 3 lanchas que eram utilizadas para realizar fiscalizações. (Alves, 2007)

As forças militares terrestres eram distribuídas por Goa, Damão e Diu.

Em Goa encontrava-se o Quartel-General, o qual integrava os comandos das forças terrestres, navais, da polícia, guarda-fiscal e uma Companhia de Caçadores (CCaç), constituída por nativos. Unidades de Infantaria constituídas pelos Batalhão de Caçadores (BCaç) nº1 e 2 de Moçambique e Angola, BCaç Índia e Vasco da Gama. As unidades de

Cavalaria eram representadas pelo Grupo de Cavalaria (GCav) nº1 de Moçambique e o Esquadrão de Cavalaria (ECav) nº 2. De artilharia, as Baterias de Artilharia (BArt) nº1 de Angola. A BArt D. João de Castro de Santarém e a Bateria de Artilharia Antiaérea (BAAA) de Penafiel.

Por fim o Serviço de Engenharia, constituído por uma Companhia de Engenharia de Moçambique, um Pelotão de Transporte de Cursos de Água e Pelotão de Redes Rádio Fixas.

Em Damão tinham forças da Arma de Infantaria com as CCAç nº 4 e 5 de Angola, e CCAç Vasco da Gama. Da Arma de Artilharia a BArt de Évora.

Por fim em Diu, de Infantaria a CCAç nº 3 de Angola e de Artilharia a BArt de Angola. (N.I.C.C.M., 2011)

Estas eram as forças militares presentes nos anos de 1955, 1956 e 1957, que foram modificadas não em número de efetivos mas sim na sua articulação, com a entrada em vigor do Plano de Operações Gralha.

Com a entrada em vigor do novo Plano de Operações, a defesa do EPI articulava-se em 4 agrupamentos táticos (AT) aos quais eram atribuídos sectores de defesa.

Todos estes AT tinham na sua composição um BCaç e uma BArt, que eram utilizados caso houvesse necessidade, visto que a ameaça na altura era controlada pela PEI e quando necessário pelos Esquadrões de Reconhecimento, que nesta altura eram os únicos que tinham ações efetivas no terreno, mas também estas forças desempenhavam missões de demonstração de força. (N.I.C.C.M., 2011)

No ano de 1958 chegamos ao efetivo máximo, como foi referido pelo Sr. Cor. Taborda e Silva, com a chegada de forças da arma de Cavalaria para formar 4 Esquadrões de Reconhecimento (ERec), mas inicia-se uma reformulação da rearticulação das forças, com vista à redução de efetivos. Assim são agrupadas forças de modo a realizar a cobertura de Goa, Damão e Diu. Em Goa são formadas forças de Cobertura Terrestre, constituídas pelo Agrupamento Afonso de Albuquerque, as quais dispunham de forças de Cobertura de Fronteira e de Cobertura do Interior. Por outro lado existiam as forças de Defesa Centralizada, formadas pelo Agrupamento Vasco da Gama.

Em Damão é formado o Agrupamento Constantino de Bragança, que se constituía como uma força de Cobertura de Fronteira atribuída à Polícia e à Guarda Fiscal.

Em Diu é constituído o Agrupamento António da Silveira que era em tudo igual ao Agrupamento em Damão.

Embora houvesse uma redução de efetivos, mantiveram-se os agrupamentos. Mas a partir de 1958 até 1960 dos 4 Batalhões existentes passaram a existir apenas 2, apoiados por 4 ERec e Forças Navais que se mantinham as mesmas. (N.I.C.C.M., 2011)

Por fim com a entrada em vigor do Plano de Operações Sentinela na reestruturação das forças, são integrados os ERec nos agrupamentos e a defesa do EPI centra-se em Goa, deixando Damão e Diu com as mesmas forças de Infantaria e Artilharia. (Alves, 2007)

Em Goa a partir de março de 1961 eram constituídos 3 Agrupamentos, conforme consta no anexo E. O Agrupamento D. João de Castro que abrangia a região norte do território de Goa com 3 ERec e 5 CCAç. O Agrupamento Vasco da Gama com 2 CCAç e 2 BArt onde se situava o Quartel-General em Mormugão. E por fim o Agrupamento Afonso de Albuquerque com 1 CCAç e 1 ERec. (N.I.C.C.M., 2011)

Estas forças tinham como missão,

“- Procurar repelir todas as acções que visem a posse de qualquer parte do território de GOA;

- Sob pressão do In, retardam-no por todos os meios mas sem empenharem o grosso das suas forças para demorarem o acesso a MORMUGÃO e à cidade de GOA, cuja posse garantem pelo maior prazo de tempo;

- Defendem a todo o custo MORMUGÃO;

- Prevêem a intervenção em DAMÃO ou DIU de uma força de ordem de C.Caç;

- Preparam a mobilização de pessoal e material que interessa ao Exército, prevendo a utilização dos meios disponíveis.” (N.I.C.C.M., 2011, p. 284)

Nesta altura as forças militares portuguesas dispunham de materiais bastante obsoletos, que dificultavam em muito a execução de qualquer missão. Esta informação é possível confirmar com a consulta do anexo F, onde se observa o armamento e os meios ao dispor das nossas forças, conforme foi disponibilizado pelo Sr. Major General Pereira Coutinho, em anexo à sua entrevista.

Em termos de armamento começamos desde a Espingarda “Mauser” 7.9mm de fabrico alemão de 1905, sendo uma arma de repetição já bastante antiga, até à pistola-metralhadora “Sten” fabricada no Reino Unido entrando ao serviço em 1941 e deixada de fabricar em 1960, ainda era usada pelas nossas forças na Índia em 1961.

As forças do EPI tinham ao seu dispor viaturas blindadas e de transporte de pessoal (TP) pesadas e ligeiras. Viaturas blindadas tais como a Autometralhadora “Humber” Mk IV, o auto blindado TP7 e o Auto blindado “Bren”.

Viaturas de TP ligeiras, tínhamos tipo Jeep e tipo Jipão conforme ilustrações 22 e 23, respectivamente no anexo F, viaturas “*Land Rover*”, bem como motos simples e com carro lateral.

Por fim, dispunham de viaturas pesadas de 2 e 4 toneladas (TON), bem como autotanques.

Como meios de transmissões rádio, que tinham bastantes deficiências, dispunha-se do posto de rádio emissor-receptor P19, o ZC 1 MK II, o BC-1000 e a unidade de alimentação PP-114/VRC-3, conforme pode ser observado nas ilustrações do anexo G. (Coutinho, 2014)

Segundo a entrevista ao Sr. Major General Pereira Coutinho, os meios que existiam no EPI eram antiquados e muitos deles obsoletos. Ainda assim o problema não eram os meios existentes, mas sim o estado de desgaste e de inoperacionalidade em que se encontravam. Um outro problema presente eram as munições pois muitas destas encontravam-se incapazes. Existia grande problema a nível de munições anticarro com a maioria dos disparos a não saírem do tubo das armas ou a não chegarem a explodir.

Acrescenta ainda o Sr. Major General Pereira Coutinho, que a juntar ao estado em que se encontravam os meios, a falta de formação do pessoal era também um dos problemas das nossas forças.

Com esta situação e com o aproximar de uma ameaça efetiva por parte da UI, o plano de Operações Sentinela sofre uma reformulação em julho de 1961.

Esta reformulação consistia na introdução de um quarto agrupamento, denominado por Agrupamento Central, que seria constituído por unidades cedidas pelos Agrupamentos já existentes, conforme se pode observar no anexo H.

As regiões de Damão e Diu, nesta altura mantinham o mesmo dispositivo adotado em março, mesmo com a reformulação do plano de operações.

O plano de operações Sentinela tinha assim o objetivo de retardar a progressão do inimigo em direção a Goa, com o Agrupamento D. João de Castro e o Agrupamento do Centro. A região de Mormugão era defendida com o Agrupamento Afonso de Albuquerque de ameaças vindas se sul. A defesa próxima ao Quartel-General em Mormugão era mantida pelo Agrupamento Vasco da Gama.

O Agrupamento D. João de Castro ficava guarnecido por 1 ERec e 3 CCaç. O Agrupamento do Centro fica assim com 2 ERec e 1 Pelotão da CCaç nº 3. O Agrupamento Afonso de Albuquerque com 1 ERec, 2 CCaç e 1 BArt. Por fim o Agrupamento Vasco da

Gama com o Quartel-General, 4 CCaç, 1 BArt e grande parte da força de Polícia e Guarda Fiscal. (Couto F. C., 1961)

Este foi o dispositivo tomado pelas forças portuguesas no EPI no desenrolar das ações contra a ofensiva da UI em dezembro de 1961.

A manobra prevista no Plano de Operações Sentinela requeria que as forças militares regressem no terreno ao mesmo tempo que combatiam as forças da UI.

Esta ação retardadora é sem dúvida uma das ações mais difíceis de coordenar, exigindo um grau elevado de instrução das forças que ao longo deste trabalho já foi referido. Era implícito que as forças militares conhecessem bem o terreno, pois este era condicionado pela falta de mobilidade causada pela falta de meios operacionais.

A falta de meios de transmissões também era um factor que para além de condicionar as forças no terreno condicionava a execução da missão.

A Força Naval com a reformulação de julho de 1961, desenvolveu um Plano Naval de Operações que envolvia o aviso 1ª classe Afonso de Albuquerque e as 3 lanchas da guarda-fiscal.

Este plano consistia na defesa do porto de Mormugão, impedindo o desembarque de forças inimigas nas praias adjacentes. Caso o navio ficasse inutilizado por motivos de combate ou avaria, o navio seria destruído e a sua guarnição incorporava a defesa de Mormugão.

1.2.5. A organização do Exército Indiano

As forças militares da UI são referidas por vários autores como tendo um enorme potencial de combate, relativamente às forças militares do EPI.

Desde 1947 a probabilidade de um confronto entre as forças não foi uma hipótese muito presente, mas nunca foi totalmente esquecida.

No mês de dezembro surgiu então esse momento, em que efetivamente as forças do EPI tiveram de reagir perante um inimigo com capacidades muito diferentes e com uma grande quantidade de meios, homens e o mais importante, motivados por uma causa nacional.

As forças da UI sob o comando do Major General Kunhiraman Palat Candeth, comandante da 17ª Divisão de Infantaria e comandante das forças invasoras do EPI, em dezembro iniciaram a mobilização de meios para realizar uma ofensiva contra o EPI.

Ao seu dispor, o Major-General tinha uma Brigada Pára-quedista, constituída por dois Batalhões de Pára-quedistas, dois Batalhões de Infantaria Sikh³⁷, um Grupo de Carros de Combate Médios³⁸ e um Grupo de Artilharia Ligeira³⁹. Tinham também uma Divisão de Infantaria constituída por um Batalhão de Pára-quedistas, um Batalhão de Infantaria Sikh, um Grupo de Carros de Combate Médios, um Esquadrão de Carros de Combate Ligeiros “*Sherman*”, dois Grupos de Artilharia Ligeira e um Grupo de Artilharia Pesada⁴⁰. Tinha também constituído uma força mista de escalão Batalhão com duas Companhias de Infantaria e um Esquadrão de Carros de Combate Ligeiros. (Couto F. C., 1961)

Como forças de apoio dispunha de Força Aérea guarnecida por 12 aviões bombardeiros “*Camberra*”, 24 caças e caças-bombardeiros “*Vampire*”, 20 aviões “*Vikrant*” em reserva num porta-aviões ao largo de Mormugão e helicópteros médios e ligeiros.

As forças navais eram representadas por um Porta-Aviões “*Vikrant*”, um Cruzador denominado por “*Mysore*”, onde se encontrava o Comando Naval Indiano, um “*Destroyer*”⁴¹, oito Fragatas e quatro Navios Lança-minas.

Podemos neste ponto realizar uma comparação entre as forças militares do EPI e as forças militares da UI.

Comparando forças terrestres, o EPI dispunha de quatro Agrupamentos, a UI dispunha de uma Brigada Pára-quedista, uma Divisão e dois Esquadrões.

Comparando estes dispositivos por armas, relativamente à arma de Infantaria, o EPI era guarnecido por 8 CCaç, a UI era guarnecida pela 17ª Divisão de Infantaria e pela 50ª Brigada Pára-quedista. A arma de Cavalaria era representada no EPI por quatro ERec, equipados por Autometralhadoras Humber, a UI tinha ao seu dispor dois Esquadrões equipados com Carros de Combate AMX e “*Sherman*”. Por fim a arma de Artilharia no EPI dispunha de duas Batarías equipadas com obuses 88mm e um Pelotão da Artilharia Antiaérea com peças de 40mm. A UI dispunha de Artilharia Divisionária, dois Regimentos de Artilharia Média, uma Companhia de Morteiros Pesados e uma Bateria de Artilharia de Montanha.

³⁷ Seguidores da religião monoteísta “*Sikhism*”, em português Siquismo, proveniente da região de Punjab, tinham características guerreiras. (Museum, 2011)

³⁸ AMX-13, franceses, de 40 ton e canhões de 90mm.

³⁹ Obuses de 88mm.

⁴⁰ Obuses de 140mm.

⁴¹ Utilizado na defesa contra submarinos e aviação de guerra.

As forças navais portuguesas tinham ao seu dispor um navio Aviso 1ª Classe e 3 lanchas da guarda-fiscal. A UI dispunha de um Porta-Aviões, um Cruzador, um “Destroyer”, oito Fragatas e quatro Navios Lança-minas.

Por fim as forças do EPI não dispunham de meios de combate aéreo. A UI tinha ao seu dispor 12 aviões bombardeiros, 24 caças e caças-bombardeiros, 20 aviões “Vikrant”, helicópteros médios e ligeiros.

Com esta comparação podemos afirmar que os meios que as forças portuguesas dispunham eram escassos, comparando com os meios da UI.

O mau estado do material e o número reduzido de soldados, onde se pode comparar a existência de cerca de 3500 militares a prestar serviço para o EPI, contra cerca de 45000 soldados da UI, era efetivamente difícil as forças do EPI terem sucesso na defesa do território. Pois mesmo que ganhasse pela tática, perdia pelo desgaste das forças. (N.I.C.C.M., 2011)

Assim, foi com esta diferenças em capacidades e potencial que decorreram os acontecimento de dezembro de 1961, que levaram a Portugal perder o EPI.

1.3. A Invasão da Índia Portuguesa

1.3.1. As campanhas de África. Defesa do EPI.

Para explicar este motivo, recuamos ligeiramente na cronologia e fazemos referência ao contínuo esforço da comunidade internacional no sentido de levar Portugal a conceder a independência aos territórios ultramarinos. A resposta negativa de Portugal a este assunto tinha por base o ponto de vista do Governo Português. Este referia que os territórios ultramarinos eram considerados parte integrante de um território nacional, soberano e unitário. (Saraiva, 1993)

Esta resposta de Portugal desencadeou fortes reações na comunidade internacional nomeadamente por parte do Representante da UI na ONU, o Sr. Vengalil Krishnan Krishna Menon⁴², apoiado pelo Sr. Presidente dos Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy. (Saraiva, 1993)

⁴² Ministro da Defesa da União Indiana de 1957 a 1962.

No entanto as reações mais intensas são verificadas por parte das nações que integravam os blocos soviéticos e afro-asiático, que levam ao desencadear das guerras de África. (M.N.E., 1967)

Assim na noite de 4 de fevereiro de 1961, ocorrem as primeiras ondas de violência. Em Luanda, Angola registam-se assaltos à Casa de Reclusão Militar, ao Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e às Cadeias Civas, por grupos armados com pistolas e metralhadoras, que agiam com grande violência. (Nogueira, 1980)

Estes acontecimentos dão origem à onda de terrorismo que durou treze anos e que por sua vez teve repercussões importantes no EPI. (Morais, 1997)

Com estes incidentes a tornarem-se cada vez mais preocupantes, o Governo Português inicia um plano de reforço dos territórios de África. Este processo é acelerado com a informação de que tinham ocorrido nos dias 14 e 15 de março de 1961, novas vagas terroristas no norte de Angola. (Nogueira, 1980) Estas tinham sido desencadeadas por um grupo denominado por União das Populações de Angola (UPA), que tinham por costume praticar atos de violência durante a noite, lançando ataques surpresa em pequenas áreas e praticando atos de sabotagem às forças de polícia local. (Nogueira, 1980)

Assim, iniciam-se movimentações de militares das guarnições do EPI para as frentes em Angola e verifica-se então a redução de efetivos na Índia dos cerca de 7500 homens, para cerca de 3500 homens portugueses e nativos. (Aranha, 2008)

A Portugal, as notícias chegavam de forma a tranquilizar a população, como é o caso da publicação feita a 20 de março de 1961 pelo Diário de Lisboa, onde se podia ler “Reforços Militares enviados para o Cuanza Norte⁴³ impediram repetição de assaltos”. (Neves, 1961)

Nos finais de junho o Primeiro-Ministro da UI comunicava que tinha esgotado todos os meios, para que Portugal negociasse os territórios de Goa, Damão e Diu e que a única solução era tomá-la pela força. (Nogueira, 1980)

Segundo o Prof. Dr. Adriano Moreira referiu na sua entrevista no apêndice G, estas decisões do Sr. Primeiro-Ministro da UI foram incentivadas pelo Ministro da Defesa Khrishna Menon.

Este exercia grande pressão para que fossem tomadas medidas imediatas perante a situação de Goa, numa altura em que o Governo do Sr. Presidente Nehru estava em decadência pois este tinha prometido a solução de dois grandes casos. O caso de Caxemira

⁴³ A província do Cuanza Norte está situada no interior noroeste de Angola perto de Luanda. (Barrica, 2002)

e o caso de Goa. Estando nesta altura a UI em tempo de eleições era urgente serem tomadas medidas para a solução de um dos caso e Goa era o mais facilmente solucionável. (Éfe, 1994)

No mês de Novembro o Governo Português é informado de que a UI tinha iniciado um processo de recrutamento de voluntários para atacar o território português. (M.N.E., 1967)

Mas o EP mantinha a decisão de não ceder os territórios na Índia mudando assim a sua estratégia. Uma vez que tinha enviado tropas para as frentes de Angola e o EPI estava com um reduzido efetivo, o Sr. Prof. Oliveira Salazar comunicava a nova estratégia de Portugal perante a situação. Era pretendido obrigar a UI a executar atos de guerra contra o EPI. Desta forma a destruição de meios, infraestruturas e homens, chamaria a atenção da comunidade internacional e dos aliados, o que faria com que Portugal obtivesse apoio perante a situação de Goa, Damão e Diu e desta forma, possibilitava que o EP mantivesse sob sua posse os territórios do EPI e com isso a soberania dos mesmos. (Nogueira, 1980)

Com o aproximar do mês de dezembro o Sr. Presidente Nehru emite um comunicado a referir que os princípios da política indiana não podiam ser abandonados, mas que o fim da presença portuguesa em território indiano estava para breve.

Nesta altura o EP começa a receber relatórios a referir que ao largo de Damão e Diu encontravam-se navios de guerra indianos e que se verificava movimentação de tropa em comboios, bem como carregamentos de carros de combate e peças de artilharia. Outra informação de relevância dizia respeito às licenças de oficiais do exército, marinha e força aérea tinham sido retiradas aos mesmos pelo governo da UI. (Nogueira, 1980)

Perante esta situação vivia-se no EPI uma incerteza sobre as futuras ações da UI.

1.3.2. Invasão da Índia Portuguesa em Dezembro de 1961 e as ações das forças militares

A 3 de dezembro de 1961 começam a manifestar-se os sinais da possibilidade de uma invasão ao EPI. Os portugueses em Goa, Damão e Diu, começam a receber informações de que devido à presença de uma possível ação de guerra por parte da UI, as suas famílias iriam ser evacuadas para Portugal, mas que era imperativo que a situação se mantivesse em segredo. (Aranha, 2008)

A 6 de dezembro o inimigo iniciou a concentração de meios e já não restavam dúvidas, começava o cerco ao território do EPI. Chegavam a Portugal mais notícias por

telegrama a reportar a concentração de forças da UI. Jornais como “*Plain Dealer*” a 10 de dezembro de 1961 relatava a notícia com o título “*Nehru vocifera ameaças*”. (Turismo, 1962, p. 140).

A partir deste dia entra em cumprimento, por parte das forças portuguesas o Plano de Operações Sentinela, com forças de Cavalaria a deslocarem-se para os pontos estratégicos de defesa, iniciando missões de vigilância que tinham a duração de 15 dias, desgastando os homens que durante a noite controlavam o avanço das forças da UI e durante o dia mantinham os posto de vigia guarnecidos. (N.I.C.C.M., 2011)

Esta estratégia por parte da UI fez com que no dia da invasão as forças portuguesas estivessem não só desgastadas, mas também sobre bastante pressão, pois não sabiam quando a UI iria atacar. (Éfe, 1994)

A 12 de dezembro, o EP dá ordem de embarque às mulheres e crianças que teriam a intenção de sair do EPI. (Aranha, 2008)

Ainda o jornal Chicago New com a manchete “*Nehru perdeu a paciência em Goa*” referia a 14 de dezembro que, tudo indicava que Nehru tinha forças prontas para “... *fazer desaparecer do mapa a colónia portuguesa*.”. (Turismo, 1962, p. 143)

As notícias em Portugal, relatavam bem a posição sensível em que o país se encontrava na colónia, o jornal Diário de Lisboa relatava assim nos dias 14 e 15 de dezembro notícias como “*Os Estados Unidos consideram Goa território português e esperam que Nehru não recorra ao uso da força para tentar a sua anexação*”, “*Primeiro avião de refugiados de Goa*”, “*União indiana continua a manifestar o propósito de criar incidentes para justificar uma acção violenta em Goa*”, “*União Indiana numa atitude agressiva concentra mais tropas junto da fronteira de Goa*”. (Lisboa, 1961, p. 1).

Muitas destas notícias começaram a levantar alarme e questões em Portugal, pois começou-se a suspeitar que, um possível ataque por parte da UI estava iminente, com sucessivos avisos e preparações por parte das forças militares portuguesas.

Estes dois dias são marcados ainda por uma troca de telegramas entre o Presidente do Conselho e o Governador-Geral do EPI, em que no dia 14 o Sr. Prof Oliveira Salazar refere para o General Vassalo e Silva ter em atenção as suas ações perante as provocações da UI e que se possível realizasse tentativas de ações diplomáticas, por forma a dissuadir a UI. No entanto refere também que a resistência era indispensável e que no mínimo eram necessários 8 dias para chamar à atenção da comunidade internacional, nem que para isso fossem executados sacrifícios. (N.I.C.C.M., 2011)

Em resposta o General Vassalo e Silva responde que, apesar das tentativas violentas por parte da UI, as forças portuguesas manter-se-iam a “*aguardar serenamente e firmemente*” e que apesar da fragilidade do dispositivo de defesa, colocaria “*tudo e a própria vida ao serviço da pátria*”, mas que só um milagre poderia permitir tão prolongada resistência. (N.I.C.C.M., 2011, p. 295)

No dia 16 de dezembro iniciam-se as movimentações por parte das viaturas pesadas da UI junto da fronteira do EPI.

É então na noite de 17 para 18 que entra em vigor a ofensiva da UI contra o EPI, com o Plano de Operações denominado por “*Vijay*”⁴⁴ de 1961.

Estas forças conjuntas tinham como objetivos numa 1ª fase, “*atacar pelas 4 horas da madrugada de 18 de Dezembro de 1961, com a 50ª Brigada de Pára-quedistas, a cidade de Pangim e com a 17ª Divisão, a leste a cidade de Mormugão.*”. Numa 2ª fase, com algumas forças de polícia, penetrar em direção ao centro de Goa para fazer a limpeza e ocupação do território. (Couto F. C., 1961, pp. 55-56)

Dia 18 de Dezembro, “*Cerca das 24.00 horas, chegaram as primeiras notícias da invasão de Goa. A União Indiana iniciara o ataque pelo Norte do território.*” (Morais, 1995, p. 136)

O ataque foi rápido e notícias de bombardeamentos da IP começavam a chegar às transmissões rádio, assim por sua vez as tropas portuguesas iniciaram movimentos no âmbito da Operação Sentinela, “*Às 02h00 a zona de Maulinguem*⁴⁵ *começa a ser bombardeada pela artilharia inimiga e o ER2 dá início à sua acção retardadora...*”. (Aranha, 2008, p. 45)

No decorrer do dia 18 efetivaram-se uma série de ataques que levaram à morte de militares portugueses cujos nomes se encontram hoje no memorial de mortos do Ultramar em Lisboa. Esta sucessão de ataques pode ser observada no anexo I, onde se tem a percepção dos movimentos ofensivos por parte da UI. (Couto F. C., 1961)

Estes ataques foram descritos em vários jornais a nível mundial. Como exemplo de algumas notícias temos jornais como o *New York Times* que no dia 18 tinha como notícia “*A Índia avança sobre Goa*” (Turismo, 1962, p. 146) onde vinha referido que o Primeiro-Ministro Nehru iniciara o tão esperado ataque contra as “*... insignificantes forças portuguesas...*” (Turismo, 1962, p. 146), que se encontravam em combate graças ao orgulho que tinham pela pátria. Notícias similares saíam em jornais como o “*Houston*

⁴⁴ Em Português significa “Vitória”.

⁴⁵ Pequena província de Goa, Índia.

Press” no Texas, o “*New York World Telegram and Sun*” em Nova Iorque (Turismo, 1962, pp. 145 - 184).

Em 19 de dezembro de 1961 o jornal Diário de Lisboa referia em manchete que, “*Goa foi Ocupada*” (Lisboa, 1961).

Após dois longos dias de combate, pelas 12h45 do dia 19 de dezembro de 1961 no Posto de Comando Avançado em Goa o Comandante Chefe⁴⁶ comunicava a todos os comandantes presentes a decisão de rendição. (Aranha, 2008)

Era então enviada às 14h00 do dia 19 de Dezembro ao comandante das Forças da UI o seguinte comunicado,

“ Nos termos do comunicado que junto a V.Ex^a e de acordo com a competência que me é conferida pela carta de Comando do Governo Central, solicito a V.Ex^a suspensão de fogo entre as nossas forças, a partir deste momento.” (Couto F. C., 1961, p. 92)

A partir deste momento pode-se afirmar que o EPI caíra definitivamente.

Os dias que se seguiram foram denominados por dias de Cativoiro que durou cerca de seis meses.

1.3.3. Da rendição ao repatriamento para Portugal.

De dia 19 de dezembro de 1961 até dia 8 de Maio de 1962, os militares portugueses do agora antigo EPI, estiveram retidos em Goa, na condição de prisioneiros de guerra por parte da UI.

Estes ficaram divididos por vários campos de concentração, ou então como referido pelas forças indianas, como campos de detenção. (Morais, 1995)

Inicialmente os portugueses ficaram em campos provisórios, em Caranzalem, Pangim, Altinho, Navelim, Damão e Diu. Passando depois para campos definitivos em Alparqueiros, Pondá, Pondá II e na Aguada. Por fim, quando chegou a altura da repatriação foram deslocados para um campo de trânsito em Dabolim

Os campos definitivos tinham designações próprias, o campo de Alparqueiros era designado por “*Charlie Deteneus Camp*”, o campo de Pondá, de “*Alfa Deteneus Camp*”, o campo de Pondá II de “*Alfa II Deteneus Camp*” e o campo da Aguada de Bravo “*Deteneus*

⁴⁶ General Comandante-chefe da Índia Portuguesa Manuel António Vassalo e Silva.

Camp”. Por fim o campo de trânsito de Dabolim tinha a designação de “*Staging Camp*”. (Moço, 2012)

Na maioria das descrições encontradas, os seus autores relatam dois aspetos que podem ser observados na generalidade dos casos. O primeiro é que a todos eles, a permanência nos campos de concentração foi marcante para o resto da vida, o segundo é que todos eles descrevem as situações na primeira pessoa, o que não é pretendido para esta fase do trabalho, assim retirando de vários autores alguns pormenores das suas experiências marcantes é possível descrever o panorama geral de todos os campos.

Assim sendo, uma descrição cronológica é o mais adequado considerando alguns pormenores de relevância para a explicação de alguns acontecimentos.

Dando continuidade à descrição do período de cativo dos militares portugueses do EPI, a 22 de dezembro toda a força militar portuguesa, encontrava-se num dos campos de concentração. De 24 a 27 de dezembro os militares portugueses, agora prisioneiros de guerra (PG) recebem a visita do delegado da Cruz Vermelha Internacional para averiguar o estado e o tratamento dos PG. (Moço, 2012)

Neste período verificava-se em todos os campos os problemas de abastecimento de água e a falta de meios para necessidades básicas, como higiene pessoal. (Aranha, 2008)

De Lisboa chegam novidades pouco animadoras para os PG, pois notícias de que a metrópole não estava a par da situação do EPI, preocupava os PG, pois não tinham como comunicar às suas famílias. Outra notícia abaladora é referenciada quando nas rádios e jornais da altura começam a surgir listagens com nomes de mortos e muitos PG, ouvem na rádio o seu nome, sendo assim considerados como mortos, mais uma vez sem capacidade de comunicar aos seus familiares de que estas comunicações não eram verdade. Por esta altura nas ruas de Lisboa, são realizadas manifestações de apoio à política colonial e segundo o Sr. Carlos de Moraes “*O governo preferia exaltar os mortos a pensar nos vivos.*”. (Éfe, 1994)

Os dias 24 e 25 de dezembro são passados pelos PG ao serviço da UI, na tentativa de solucionar o problema da água, reconstruindo as condutas de água, que tinham sido destruídas pelos bombardeamentos dos aviões da UI. (Aranha, 2008)

A 27 de dezembro os PG iniciam as viagens para serem transferidos para os campos de concentração definitivos. Nestes campos os primeiros dias para alguns foram muito dolorosos, pois a falta de alimentos e água, aliado à falta de higiene, começa a causar doenças de origem intestinal nos PG, nomeadamente cólicas e vômitos. (Coutinho, 2014)

Assim a 29 de dezembro, é restabelecida a ligação por caminho-de-ferro e a UI em conjunto com a Cruz Vermelha Internacional começam a fornecer alimentos com regularidade. (Moço, 2012)

Também nesta altura os serviços de saúde do exército indiano iniciam um plano de vacinação contra a cólera para os PG. (Coutinho, 2014)

No início do mês de janeiro de 1962, iniciam-se as primeiras negociações diplomáticas entre Portugal e a Índia, sendo o Sr. Jorge Jardim⁴⁷ o responsável português pela coordenação do repatriamento. Estas negociações foram sempre realizadas por um país intermediário, pois Portugal, não tinha representação na Índia e assim a Embaixada do Brasil desempenha um papel importantíssimo. (N.I.C.C.M., 2011)

A 4 e 5 de janeiro, com a população portuguesa a ser informada da situação dos PG, é inaugurado um programa na Emissora Nacional, chamado de “*Hora da Saudade*”, que possibilitava os familiares dos PG, enviar mensagens de confortos aos militares portugueses na Índia. Dias mais tarde são recebidas as primeiras cartas dos familiares, vindas de Portugal.

A 16 de janeiro, depois de vários dias de trabalhos forçados, mas com uma ligeira facilidade por parte da UI, pois não só permitia que os PG tivessem comunicações para casa, durante as viagens para os trabalhos forçados, mas também libertava os militares portugueses para poderem satisfazer outras necessidades. E é então, que se dá a tentativa de fuga de 11 prisioneiros no campo de Alparqueiros. A UI, depois de um dia de formatura ao sol, na posição de sentido, na qual alguns dos PG chegam a perder os sentidos, a UI determina como punição uma pena de trinta dias de incomunicabilidade, com direito apenas a meia ração diária⁴⁸ e obrigação dos PG de andarem descalços. (Moço, 2012)

Ainda no mês de janeiro os PG começam a receber o pagamento do vencimento mensal estabelecido pela Convenção de Genebra, de acordo com o vencimento que cada um tinha. (Coutinho, 2014)

No mês de fevereiro dá-se por concluída a transferência dos PG para os seus campos de concentração definitivos. Neste mês segue para a Índia o Sr. Jorge Jardim, com o intuito de tentar desbloquear as negociações estagnadas com a UI.

Em março, a população portuguesas representada por um grupo de familiares dos militares detidos pela UI, apresenta uma exposição ao Sr. Prof. Oliveira Salazar solicitando

⁴⁷ Agente secreto português, que planeou a libertação de portugueses na Índia e mais tarde em África.

⁴⁸ Durante toda a permanência dos militares portugueses, como prisioneiros de guerra, a ração diária nunca foi negada por completo. A mesma consistia numa papa de arroz com feijão-frade.

o rápido regresso dos familiares. Iniciam-se também manifestações contra o atraso no repatriamento dos militares portugueses.

A 24 de março, as autoridades indianas oferecem aos PG a oportunidade de saírem dos campos desde que seja à sua custa, através de um comunicado no qual vinha descrito que,

“Devido à atitude intransigente do Governo Português em não fazer arranjos para o repatriamento dos detidos, o Governo Indiano tem a honra de autorizar todos os detidos, tanto civis como militares, a seguirem à custa própria para Lisboa ou para qualquer outro país.” (Morais, 1995, p. 317)

Com este comunicado surgem revoltas entre os PG, pois somente alguns podiam pagar a deslocação, nomeadamente os oficiais. No entanto, a 30 de março surge de Portugal um comunicado pela Emissora Nacional, no programa “É Portugal Quem Manda”, referindo que os militares portugueses estavam impedidos de aceitar qualquer tipo de negociação e que deviam aguardar a sua repatriação pelos meios disponibilizados pelo EP. No entanto, alguns civis contrariam este comunicado e embarcam rumo a Portugal, chegando a Lisboa a 2 de abril de 1962. (Moço, 2012)

Nesta altura as questões de higiene pessoal, água e alimentação estavam a ser controladas, mas no entanto os procedimentos de comer a comida atirada no chão, o pão azedo e a necessidade de gastar o vencimento mensal em comida e artigos de higiene pessoal era uma constante, o que levou a que os PG contraíssem várias doenças. (Aranha, 2008)

No dia 13 de abril é anunciado aos PG que o processo de repatriamento tinha sido iniciado e na madrugada de 2 de maio, os PG iniciam as viagens de avião para Carachi, onde são muito bem recebidos. Da Índia partem para Lisboa os governadores de Damão e Diu, Majores António Pinto e Lucena Vasconcelos. (Moço, 2012)

No entanto, de dia 2 a dia 5 de maio, os PG ficam sob vigilância, não de militares da UI, mas sim por parte da Polícia Militar Portuguesa.

No período de 5 maio a 15 de maio partem com rumo a Lisboa os navios “Pátria”, “Vera Cruz” e “Moçambique”, sendo o último elemento português a embarcar, o Governador Geral General Vassalo e Silva, partindo no último avião saído de Goa e chegando a Lisboa no dia seguinte.

Nas palavras descritas pelo Sr. Coronel Carlos Alexandre de Moraes, “... o embarque tinha algo de estranho, e fomos recebidos por algemas e PIDE, com avisos para à chegada ficarmos calados.” (Éfe, 1994).

Durante a viagem, é entregue aos militares portugueses, que tinham estado em cativeiro durante 5 meses e meio roupas novas, desde a farda completa, até à roupa interior. (M.N.E., 1967)

A 22 de maio inicia-se a chegada dos navios com os militares portugueses, o primeiro, o navio “Vera Cruz”, seguido do “Pátria”, no dia 26 e por último o navio “Moçambique” chega a Lisboa no dia 30 de maio de 1962. (Moço, 2012)

O procedimento à chegada foi igual para os três navios. Quando os navios atracavam, estavam em posição forças militares de segurança da Polícia Militar, que montavam guarda ao cais e aos acessos do mesmo. (Aranha, 2008)

O objetivo diverge na opinião de vários autores, onde uns afirmam que a guarda servia para manter a população de se aproximar dos militares, impedindo confusões e desordem. Permitindo um rápido desembarque para que os militares portugueses pudessem seguir rapidamente para junto das suas famílias.

Por outro lado, a maioria dos autores que descrevem a situação na primeira pessoa, referem que a guarda servia para impedir que os militares que regressavam da Índia, tentassem perturbar a ordem e causar manifestações que colocassem o EP em causa.

No entanto existe um facto determinante, relatado por todos os autores analisados. Depois da chegada dos militares portugueses e após o desembarque, estes foram escoltados até ao Regimento de Infantaria Nº 1, onde atualmente é o Regimento de Lanceiros na Amadora. À chegada, dentro das instalações, é pedido que retirem as roupas novas que lhes haviam sido entregues a bordo dos navios. (Éfe, 1994)

Por fim, estes militares após defenderem o território do EPI e terem permanecido 5 meses e meio em regime de PG, são enviados para casa com o que conseguissem arranjar para vestir, para poderem sair do regimento e se juntarem às suas famílias. (Moço, 2012)

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1. Metodologia Aplicada

Neste capítulo explica-se qual a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho. Como referido pela Normas de Execução Permanente 522/1.º da Academia Militar de 20 de Janeiro de 2016 (NEP 522/1.º/AM, 2016), deve-se expor a metodologia segundo o tipo de abordagem, seja esta quantitativa ou qualitativa. No presente capítulo deve ser exposto, o modelo de análises, apresentando a pergunta de partida e as perguntas derivadas, caso estas existam, bem como as suas hipóteses.

O trabalho foi desenvolvido tendo por base uma abordagem qualitativa. Tem como objetivo concretizar uma investigação aplicada, assumindo a forma de Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada.

A abordagem qualitativa baseia-se em estratégias de raciocínio indutivo, partindo de análises parcelares de dados, de forma a possibilitar a compreensão das realidades e problemáticas existentes. (Vasconcelos, 2006)

Contudo, deverá ser efetuada uma revisão da literatura após a análise dos dados, por forma a realizar o enquadramento teórico sobre o assunto analisado (Vilelas, 2009, citado em IESM, 2014).

A abordagem qualitativa tem como características, ser o investigador a criar a problemática para a recolha parcelar de dados. Estes dados são analisados à medida que o investigador desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir de padrões encontrados nos dados. Estes dados são produzidos através de recolha de documentos, de entrevistas e da observação (Sousa e Baptista, 2011, pp. 56-57, citado em IESM, 2014).

No presente trabalho para recolha de dados foram utilizadas entrevistas e análise documental.

Não utilizámos a estratégia quantitativa, por esta se basear na utilização de técnicas de verificação sistemática, que procuram conhecer e controlar as variáveis de modo a eliminar os fatores de incerteza, com o objetivo de generalizar os resultados obtidos. (Vilelas, 2009, p. 104, citado em IESM, 2014, p. 17)

No presente trabalho, as entrevistas a serem realizadas, pretendem apenas orientar o entrevistado, permitindo que este dê a sua opinião, orientado pelas questões colocadas.

A entrevista permite explorar de forma aprofundada os conhecimentos de cada indivíduo entrevistado, obtendo assim conteúdos mais ricos em informação. (Sarmiento, 2013)

Relativamente às entrevistas, podem-se adotar as formas de entrevista não estruturada, onde não existe um guião. A Entrevista semiestruturada, onde já existe um guião com um conjunto de tópicos ou perguntas para abordar na entrevista. A entrevista estruturada que consiste na formulação de um guião, onde são abordados assuntos previamente determinados. (Sousa e Baptista, 2011, pp. 80, 81 citado em IESM, 2014).

No presente trabalho foi adotada a forma de entrevista semiestruturada. Foi elaborado um guião, pelo qual as entrevistas foram orientadas, conseguindo assim responder à problemática pretendida, abordando os assuntos pretendidos para a investigação.

A entrevista semiestruturada foi dirigida de modo a corresponder ao uso do método científico, onde o entrevistado responde às questões do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas. (Sarmiento, 2013)

No que trata a análise documental, esta constitui-se como uma técnica de investigação em que o investigador recolhe de fontes documentais, registos que concorrem para os objetivos da investigação. (Sousa e Baptista, 2011, pp. 88, 89 citado em IESM, 2014).

Por fim a análise documental teve como objetivo enquadrar o conhecimento histórico com as temáticas abordadas nas entrevistas realizadas. O objetivo é retirar algumas dúvidas que a investigação produziu quando se relaciona a literatura com as entrevistas.

Tendo por base a metodologia especificada, foi necessário orientar o estudo, criando uma questão central. Esta foi delimitada pelo espaço temporal, pois sem este a investigação ficava demasiado vasta. A delimitação temporal para o presente trabalho, está enquadrada no período de 1947 a 1962.

Pretende-se averiguar, a entrada em decadência do EPI, que levou à descolonização da mesma. Durante este período verificar também em que condição se encontrava a defesa deste território, analisando a disposição dos meios e o seu estado de prontidão.

Assim sendo a investigação pretende responder à seguinte Questão Central “No período de 1947 a 1962, quais os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Português na Índia e em que condição se encontrava a defesa do território?”.

Sendo definida a Questão Central, foram repartidos os acontecimentos de interesse para análise.

Esta repartição designa-se por Questões Derivadas (QD) e por associado a estas, as correspondentes Hipóteses, que para este trabalho foram as seguintes:

QD1. Qual a situação internacional no período em estudo?

HQD1. A situação internacional na época em estudo encontrava-se no fim da 2ª Guerra Mundial. Acontecimentos tais como, a recém criação da ONU⁴⁹, o lançamento sobre o Japão das primeiras bombas atómicas e a criação de dois grandes blocos liderados pela URSS e os EUA, originaram situações de instabilidade em todo o mundo pós a 2º Guerra Mundial.

QD2. Como se encontrava a Política, Segurança e Defesa do Estado Português na Índia?

HQD2. Podemos afirmar que quando se fala de Política, Segurança e Defesa, falamos da Índia como um território Português, que tem um paradigma muito forte tanto político como militar.

As forças militares portuguesas tinham grandes dificuldades para manter a defesa e segurança do território e cumprir as suas missões.

A situação política era bastante delicada, pois o balanço entre o direito de soberania e o dever de descolonizar os territórios eram questões delicadas perante a nossa constituição.

QD3. Qual a importância e quais as ações tomadas pelos meios e unidades do Exército Português e do Exército Indiano, que conduziram ao fim da Índia Portuguesa?

HQD3. O Exército Português teve grandes dificuldades para fazer frente à UI. A falta de meios humanos e materiais foram determinantes para o desenvolver da situação.

As forças da UI apresentaram-se em combate com uma força bastante reforçada sendo determinante para a conquista do EPI.

⁴⁹ Ficaria com a função de regular as relações entre 51 países, entre os quais provenientes de África e da Ásia, que ficavam assim com poder de voto.

QD4. Qual a importância dos meios de comunicações antes e durante o conflito?

HQD4. Os meios de comunicações tiveram um papel determinante no desenrolar das ações em dezembro de 1961. Podemos referir que por estes estarem obsoletos, dificultavam o trabalho dos militares portugueses no terreno.

Podemos afirmar que as comunicações foram um factor de extrema importância no desenrolar das ações durante o período em estudo. Não só foram determinantes para as forças militares como, também se vieram a mostrar determinantes para o controlo da população.

QD5. Em que condições se encontravam os militares mantidos em cativeiro?

HQD5. Os militares mantidos em cativeiro pela UI, estiveram nas condições de prisioneiros de guerra determinadas pela Convenção de Genebra.

QD6. Como sucedeu o fim da presença portuguesa militar na Índia?

HQD6. O fim do EPI iniciou-se com o aumento da atividade militar por parte da UI junto às fronteiras de Goa, Damão e Diu.

A UI começou por realizar ataques aos quartéis, passando depois por sobrevoar com aeronaves militares a cidade de Goa, realizando bombardeamentos em pontos estratégicos.

A rendição deu-se a 19 de dezembro de 1961, com a emissão do comunicado de rendição por parte do Sr. General Vassalo e Silva.

Após a rendição as forças militares portuguesas permaneceram em campos de concentração, na condição de prisioneiros de guerra, até maio de 1962.

Neste mesmo mês iniciaram a viagem de regresso a Portugal.

QD7. Que conclusões foram obtidas e que consequências trouxeram para o Estado Português.

HQD7. O EP concluiu que, a perda do EPI tinha sido desastrosa para Portugal. Como consequência deste acontecimento, o EP toma medidas para que tal não se viesse a verificar nos territórios de África.

Portugal ganha um novo rumo e o país volta-se então para Angola e Moçambique.

2.2. Métodos e Materiais utilizados para análise do trabalho

Pretende-se que os métodos e materiais utilizados estejam adequados à temática de investigação, tendo como referência o tempo e espaço relevantes para a mesma.

O presente trabalho analisa a fase final do EPI, numa época em que após terminar a 2ª Guerra Mundial⁵⁰ e os países se estavam a adaptar às novas realidades mundiais, com a criação da Carta das Nações Unidas, se inicia um processo de descolonizações a nível mundial.

A delimitação deste trabalho tem como ponto de partida, o momento em que a UI inicia as tentativas de negociação com Portugal, no sentido de este ceder os territórios portugueses à Índia, em 1947. (Morais, 1997)

O marco cronológico que leva a delimitar como ponto final para investigação é o ano de 1962, data que marca a repatriação dos Prisioneiros de Guerra.

Tendo delimitado a investigação e justificado a mesma, a finalidade desta investigação é estudar os acontecimentos no Estado Português na Índia, tendo como objetivo analisar como decorreram alguns incidentes e que consequências trouxeram para o Estado Português.

Pretende-se acrescentar as experiências dos entrevistados, tendo por base as entrevistas. O seu contributo permite um melhor entendimento do período em estudo.

No final da investigação pretende-se analisar se o EP tinha capacidade de manter os territórios na Índia.

Para isso, temos como Objetivo Geral investigar os acontecimentos que levaram ao fim do Império Português na Índia.

Temos como objetivo específico analisar se o Estado Português tinha capacidade para manter o território na Índia.

Definidos os objetivos foram adequados os métodos e técnicas de recolha de dados utilizados.

Neste trabalho, no processo de análise de factos, foi utilizado o Método Indutivo, sendo este, baseado na análise de um certo número de casos. (UFJF, (sine ano))

Com este método pretende-se estabelecer generalizações que permitam formular uma conclusão, respondendo à Questão Central do trabalho de investigação. (IESM, 2014)

Para verificarmos a correta utilização deste método, devemos passar por várias etapas, tais como:

- 1º Etapa - Observação dos fenómenos e fatos;

⁵⁰ Duração da 2ª Guerra Mundial de 1939 a 1945, pois nesta data, em Junho de 1945 é fundada a ONU, sendo um dos estados membros da sua fundação o Reino Unido, pois com a sua entrada para a ONU inicia-se o processo de descolonização e com isto iniciam se os conflitos na Índia.

- 2º Etapa - Descoberta da relação entre eles, numa tentativa de, por intermédio da comparação, descobrir a relação constante existente entre eles;
- 3º Etapa - Relacionar os factos observados, com o objectivo de chegar à resposta final, consoante os fatos observados. (MARCONI & LAKATOS, 2003)

Para utilização do método referido e sua análise foi utilizado como método de investigação e aquisição de dados, a Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica, para análise de documentação, recorrendo assim a fontes Primárias ou Fontes Secundárias.

Como instrumento fora ainda utilizado as Entrevistas, tendo como objetivo obter informações para direcionar e focar a investigação, não restringido a abrangência do tema pelos estudos já realizados e analisados na pesquisa documental ou bibliográfica.

Esta adquiriu a tipologia de Entrevista Semiestruturada, com o propósito de ter um guião previamente estabelecido para facilitar a condução da mesma e garantir que os temas abordados estavam de acordo com o pretendido na investigação. Não só foi realizado um controlo na temática abordada como os indivíduos escolhidos como amostragem correspondiam a características predeterminadas.

O objetivo no presente trabalho de utilizar entrevistas semiestruturadas, tem como objetivo manter o enquadramento e a condução da entrevista na temática pretendida, assim sendo o entrevistado responde às questões colocadas segundo o guião da entrevista, mas sempre consoante a sua opinião e percepção da temática abordada.

Podemos afirmar então que, a entrevista é dirigida para a problemática levantada centrando-se no assunto preciso, girando as perguntas em torno dele. (IESM, 2014)

A utilização desta técnica tem como objetivo obter, dos entrevistados, respostas sobre as mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas e que as diferenças entre respostas ou semelhanças sejam utilizadas para retirar conclusões precisas. (MARCONI & LAKATOS, 2003)

Esta entrevista teve como finalidade observar acontecimentos vividos na primeira pessoa para, através da sua associação, estabelecer em que condição se encontrava o território Português na Índia.

Assim sendo, foi utilizado o modo de entrevista presencial, telefónica e por via correio electrónico, sendo realizada individualmente. (Sarmiento, 2013)

A entrevista formulada estava descrita como tendo a finalidade de recolher dados históricos para a elaboração de Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”. Esta estava dividida em 3 fases, uma primeira fase de

identificação para enquadramento histórico, uma segunda fase de respostas fechadas e uma terceira fase de respostas aberta.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

Formulada a entrevista, foram definidos os parâmetros para a amostragem dos entrevistados, sendo a caracterização desta amostra regulada segundo os critérios:

- O Entrevistado tem experiências presenciais na situação em análise.
- O Entrevistado tem conhecimento reconhecido dos factos do tema em estudo.
- O Entrevistado tem acesso a dados fatuais sobre a temática.

2.3. Técnicas de tratamento e análise de dados

Como referido anteriormente o recurso à entrevista no presente trabalho de investigação é um recurso importante pois, em certas áreas ou domínios mais específicos das temáticas abordadas, só se consegue perceber pormenores da vivência local e das experiências vividas, se utilizarmos este tipo de técnica como instrumento de recolha de informação. (IESM, 2014)

Para o presente trabalho, as entrevistas procuraram recolher os seguintes dados:

- Na 1ª fase da entrevista, recolher dados de forma a situar cronologicamente e espacialmente o entrevistado, na situação que este irá descrever;
- Na 2ª fase da entrevista o objetivo é recolher dados com recurso a um questionário de resposta direta.
- Na 3ª fase da entrevista foi elaborado um guião de forma, a que o entrevistado, pudesse responder de forma coerente, às situações que tinha conhecimento.

Posteriormente as respostas serão analisadas segundo o conteúdo descrito por cada entrevistado, comparando os resultados obtidos entre entrevistas.

Após esta comparação, os resultados obtidos serão analisados, de forma a encontrar uma correspondência entre as respostas consideradas.

Por último, para cada pergunta é realizada uma análise geral consolidando uma resposta final à questão correspondente.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1. Análise e esclarecimento às questões da 2ª e 3ª fases, das entrevistas

A apresentação dos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas, é descrita no presente trabalho de investigação com recurso a matrizes e por resumo às respostas dadas em cada entrevista. Para esta fase, no presente trabalho procedeu-se à respetiva análise, dos resultados obtidos entre entrevistas realizadas. (NEP 522/1.º/AM, 2016)

3.3.1. Análise realizada às respostas da 2ª fase, das entrevistas

Terminadas as entrevistas, os resultados obtidos foram analisados recorrendo a matrizes de análise de conteúdo. Pretende-se assim, obter respostas a partir de análise de frequência, onde são contadas as ocorrências da unidade de registo, que pretende encontrar relações entre as respostas de cada um dos entrevistados. (Sarmiento, 2013)

Esta análise pode ser consultada no apêndice H.

Para cada questão da 2ª Fase da entrevista, as respostas foram os seguintes:

1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?

Resposta: Era desconhecido da maior parte dos entrevistados o estado em que se encontravam as forças militares portuguesas na Índia.

2- Sentia-se seguro?

Resposta: Não existia hostilidade para com os militares portugueses, quer seja pela população, quer seja pelas forças da UI. Segundo os entrevistados ninguém esperava que chegasse a existir efetivamente um ataque por parte da UI.

3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?

Resposta: O apoio logístico tem de ser observado por duas vertentes. Uma é referente às respostas dadas pelos entrevistados que estiveram na IP antes de 1960, em que referem que não havia a necessidade de melhorar os meios, nem era uma preocupação presente, se tinham ou não os apoios logísticos atempadamente, pois não existia essa necessidade, nem existia uma ameaça que justificasse isso. A segunda vertente é obtida pelas respostas dos presentes depois de 1960. Algumas opiniões dos entrevistados que tinham conhecimento da situação na época, referem que a necessidade de meios e apoio logístico era extrema. Os meios estavam obsoletos e o apoio logístico só era verificado atempadamente a nível monetário, porque tudo o resto estava em falta.

4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?

Resposta: O sentimento de dificuldades por falta de meios era sentido principalmente pelos utilizadores dos mesmos, com incidência nos baixos escalões. Embora houvesse conhecimento por parte dos oficiais presentes no EPI, não existia um sentimento de necessidade extrema, pois sem uma ameaça presente, nem espetável a comodidade da situação também acabava por se instalar.

5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?

Resposta: Os meios eram obsoletos e por esse motivo era impossível cumprir todas as missões designadas para cada força.

6- Teve conhecimento de ataques à força portuguesas no terreno?

Resposta: Durante a permanência dos entrevistados, presentes na Índia, houve descrições de alguns incidentes, uns por meios pacíficos, outros por meios violentos, mas a maioria sem qualquer efeito para as nossas forças. Por vezes ocorriam incidentes junto dos posto de guarda, mas essas situações eram prontamente resolvidas.

7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?

Resposta: Dos entrevistados, só os que estiveram presentes no ano de 1961, tiveram que se empenhar em combate efetivo.

8- Considera que o apoio dado por parte do Estado Português era adequado?

Resposta: A realidade vivida pelos entrevistados é um fator a ter em conta na resposta a esta questão. Os entrevistados militares que estiveram antes de 1959, referem que no EPI o EP dava os meios que estes necessitavam. Esta opinião é partilhada de igual modo por entrevistados que não prestaram serviço militar. Já a resposta dada pelos militares presentes na Índia depois de 1959, referem que os apoios por parte do EP eram

inconstantes e que nunca eram adequados às necessidades. O único apoio efetivo eram as remunerações pelos serviços prestados.

9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?

Resposta: As decisões tomadas pelo EP foram sempre desadequadas, fora de tempo e sempre que era necessário ser tomada uma decisão, muitas das vezes eram os comandantes no EPI, que tomavam a iniciativa das mesmas.

10- Conseguia manter comunicações para Portugal?

Resposta: As comunicações via postal eram facilmente mantidas para Portugal. Estas eram realizadas inicialmente pela STAIP⁵¹, que mais tarde se viria a designar por TAIP⁵² em conjunto com a TAP⁵³. Era fácil manter o contacto com as famílias e com o EP.

3.3.2. Análise de respostas da 3ª fase, das entrevistas

Na 3ª fase realiza-se análise às várias entrevistas.

Esta fase tem como objetivo acrescentar à revisão de literatura, uma visão real das situações descritas.

No final podemos ter dois tipos de abordagem. A primeira abordagem foi, verificarmos se os resultados obtidos estavam de acordo com a revisão de literatura. Segundo, podemos ainda acrescentar pormenores à revisão de literatura, que sem este instrumento não seria possível aprofundar a informação que conseguimos recolher.

A informação retirada do quadro comparativo de respostas à 3ª fase das entrevistas, que se encontra em apêndice H, foi o seguinte, para cada questão levantada:

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

Resposta final: Podemos concluir que as atividades desenvolvidas correspondiam a preparação para situações operacionais ou para situações administrativa/logísticas.

No que aos Sargentos e Praças diz respeito, verificamos que as suas atividades eram de acordo com o seu estatuto e especialidade.

De tudo o apresentado pode-se concluir que as atividades eram permanentes, mas de baixa intensidade, pois não se verificavam ações de combate.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

⁵¹ Serviços de Transportes Aéreos da Índia Portuguesa

⁵² Transportes Aéreos da Índia Portuguesa

⁵³ Transportes Aéreos Portugueses

Resposta final: Podemos concluir que as forças portuguesas não dispunham de meios para materializar a redes de controlo operacionais.

Só existiam meios para ligações entre os Comandos dos Agrupamentos.

Com o rádio P19 era difícil conseguir manter comunicações internas.

Os Comandantes de Companhia deslocavam-se com frequência ao Comando do seu Agrupamento para transmitir e receber informações.

Um dos meios dos baixos escalões receberem informações era pela rádio local.

3- Considera que os meios utilizados pelo Exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

Resposta final: Segundo a maioria das respostas obtidas os meios que existiam no EPI eram antiquados e muitos deles obsoletos. O problema não era só os meios existentes, mas também o estado de desgaste e de inoperacionalidade em que se encontravam. No que às munições diz respeito, muitas encontravam-se incapazes, o que provocava que a maioria dos disparos não tivesse o efeito desejado.

Durante o período em estudo os meios eram obsoletos e não foram ajustados às necessidades.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

Resposta final: No global das respostas podemos afirmar que Portugal não tinha capacidade de manter os territórios na Índia.

O ponto mais crítico que dá origem a esta conclusão é verificado a partir do momento em que os efetivos foram reduzidos de 12.000 homens para 3.500, acrescentado à falta de meios e munições.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

Resposta final: Na generalidade das respostas o fim da presença militar e a sua não retirada estava ligada à soberania, pois as forças militares eram um dos garantes da soberania no EPI.

Nas ações finais as forças militares que se encontravam no EPI foram confrontadas com uma situação de desproporcionalidade na relação de forças e potencial de combate. A inexistência de meios e apoios para combate e um Plano de Operações de difícil execução, são um obstáculo ao cumprimento da missão. Podemos ainda confirmar com as respostas obtidas, que a resolução deste conflito de forma pacífica teria sido uma das opções que os entrevistados queriam que tivesse sido tomada.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES

Neste capítulo pretende-se dar resposta às questões levantadas, que serviram de base para a elaboração desta investigação. O presente trabalho procurou investigar os acontecimentos no EPI, verificando em que condições se encontrava o território e como decorreram os acontecimentos na região, no período compreendido entre 1947 a 1962.

Para tal recorreremos à análise documental e a entrevistas, para melhor entender o período em estudo.

Não foi difícil encontrar documentação sobre esta temática, tendo em atenção que a maioria dos documentos apresentados, possuíam um carácter bastante pessoal de cada autor. As várias situações descritas pelos entrevistados têm uma opinião formada sobre o decorrer dos acontecimentos.

Ao analisar estes elementos, deparam-se-nos duas situações. A primeira devida ao facto de os considerandos apresentados pelos vários autores, serem um pouco tendenciosos, pois os mesmos ficaram marcados pelos acontecimentos vividos. A segunda é que só realizando uma análise isenta dos dados recolhidos, podemos retirar conclusões sobre os acontecimentos do período em estudo.

Para combater estas dificuldades e obter um conhecimento mais profundo, foram realizadas as entrevistas a pessoas que se considera terem informação credível para o presente estudo. Com efeito, tal situação leva-nos a enviesamentos que deverão ser analisados com extremo cuidado.

Tendo em atenção o tempo decorrido dos acontecimentos, é por vezes difícil uma recordação de factos reais e contextualizar tudo, na época e no ambiente vivido.

As entrevistas realizadas foram bastante elucidativas e os entrevistados procuraram colaborar e esclarecer situações que tiveram grande complexidade.

Na sequência do processo qualitativo, que estamos a desenvolver, tendo por base um raciocínio indutivo, somos conduzidos às QD, confirmando ou refutando as hipóteses levantadas, com o objetivo de consolidar o conhecimento, respondendo à questão central.

A QD1 é “Qual a situação internacional no período em estudo;”.

Resposta à QD1: A situação internacional estava no final da 2ª Guerra Mundial e a criação da ONU. Este acontecimento desencadeou o início do conflito no EPI. O período de pós guerra deu origem ao anticolonialismo, desencadeado pelas declarações do Presidente Indiano Pandita Nehru, após a independência da UI.

A hipótese de resposta à QD1 confirma-se.

A QD2 é “Como se encontrava a Política, Segurança e Defesa do Estado Português na Índia;”.

Resposta à QD2: Durante o período entre 1947 a 1958, Portugal conseguiu manter a defesa do território. No entanto, a sua segurança em 1954 esteve comprometida. Em causa, estiveram os acontecimentos nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

Depois destes, foi efetuado um reforço de tropas no território, que foi considerado suficiente para controlar a situação.

No período de 1958 a 1961, verificou-se uma redução dos efetivos para um máximo de 3500 militares portugueses, condicionando a defesa e segurança do EPI.

A política adotada durante este período gerou decisões que enfraqueceram a capacidade de atuação do EPI face à UI.

A hipótese de resposta à QD2 confirma-se.

A QD3 colocava a seguinte questão. “Qual a importância e quais as ações tomadas pelos meios e unidades do Exército Português e do Exército Indiano, que conduziram ao fim da Índia Portuguesa;”.

Resposta à QD3: As ações e meios utilizados pela UI foram determinantes para o desenrolar dos acontecimentos de dezembro de 1961 no EPI. O grande potencial de combate apresentado a nível terrestre, naval e aéreo, era muito superior ao potencial de combate que os militares do EPI possuíam na altura, deixando estes sem capacidade de defender o seu território, originando a sua rendição.

Embora as forças militares tenham chegado a pôr em prática o Plano de Operações Sentinela, o fraco potencial de combate apresentado pelas nossas forças, impediu apenas por algumas horas que a UI penetrasse a última linha de defesa em Mormugão.

A hipótese de resposta à QD3 confirma-se.

A QD4 pretende ver respondida a seguinte questão. “Qual a importância dos meios de comunicações antes e durante o conflito;”.

Resposta à QD4: Os meios de comunicações tiveram um papel muito importante, pois condicionaram as ações das forças militares portuguesas, antes e durante o conflito de dezembro de 1961.

Por outro lado deve ser feita referência às comunicações postais que foram sempre garantidas pela TAP e TAIP, fazendo com que os militares portugueses mantivessem contacto com os seus familiares, mesmo durante o período de cativo.

As transmissões antes do conflito tinham como função manter o contacto entre os comandos dos vários Agrupamentos.

Durante o conflito estas condicionaram a execução da missão.

Uma ação de retardamento sob pressão do inimigo, requer grande coordenação e meios de transmissões, por parte das forças no terreno. Com o estado dos meios e a falta destes, verificou-se ser impossível manter as forças organizadas.

A hipótese de resposta à QD4 confirma-se.

A QD5 refere a seguinte questão. “Em que condições se encontravam os militares mantidos em cativo;”.

Resposta à QD5: Os militares mantidos em cativo mantiveram o estatuto de PG definido pela Convenção de Genebra.

Desde 19 de dezembro de 1961 até 8 de maio de 1962, por parte da UI, os militares portugueses, foram tratados como prisioneiros. Mas é de referir que desde os cuidados médicos necessários, até ao vencimento concedido pela convenção de genebra os nossos militares tiveram direito a tudo.

Ainda assim, não pode deixar de ser referido as extremas dificuldades que estes passaram, devido à má alimentação, falta de água e de instalações mínimas. O passar 5 meses e meio de cativo, dera origem a doenças e a memórias traumatizantes para quem viveu esses tempos.

O EP, demora na repatriação destes militares em cativo, chegando ao ponto da UI providenciar a estes militares voltarem para Portugal, desde que tivessem capacidade para pagar as passagens.

A hipótese de resposta à QD5 é refutada por se apresentar muito incompleta.

A QD6 diz respeito a “Como sucedeu o fim da presença portuguesa militar na Índia.”.

Resposta à QD6: O fim da presença portuguesa militar na Índia, é originada pela rendição das forças militares portuguesas presentes no território a 19 de dezembro de 1961, com a declaração de rendição do Governador Geral, General Vassalo e Silva.

Esta é gerada por uma sucessão de acontecimentos desde o mês de março de 1961 até maio de 1962.

Inicia-se com a redução de efetivos em março de 1961. No início de dezembro verifica-se um agrupar de forças da UI nas fronteiras do território do EPI.

Passa depois pelos vários avisos realizados ao EP, referindo que as forças portuguesas não tinham capacidade para assegurar a defesa do Estado.

A resposta obtida referia que se fosse necessário, deveria ser continuado o combate até às últimas consequências.

Como resultado, a resistência das forças militares portuguesas face à UI, culminou na rendição do EPI, terminando num período de cativo para as forças militares, até à sua repatriação.

A hipótese de resposta à QD6 é refutada por analisar apenas os acontecimentos do mês de dezembro de 1961.

Por fim a QD7 tem como questão “Que conclusões foram obtidas e que consequências trouxeram para o Estado Português.”.

Resposta à QD7: O EP ao perder os territórios na Índia retira três conclusões. Primeiro conclui que subestimou as forças da UI, não preparando as forças militares para reagir a qualquer que fosse o ataque por parte das mesmas. Isto trouxe para Portugal a perda de um território, onde a cultura portuguesa predominava há mais de 450 anos. Segundo, percebe que os militares presentes na Índia, podiam pôr em causa a política do EP. Como consequência demora muito tempo a negociar a repatriação destes de volta a Portugal. Premeditado ou não, este facto gera grande descontentamento no meio militar.

Por último conclui que os acontecimentos da Índia poderiam despoletar uma reação parecida no território de África. Como consequência inicia uma campanha de angariação de voluntários para as frentes em África e reforça a presença militar nestes territórios.

A hipótese de resposta à QD7 é refutada por se apresentar incompleta.

A partir desta fase do trabalho pretende-se, depois de analisadas as respostas às QD, chegar a uma solução. Solução esta, que consolida a problemática deste trabalho de investigação, respondendo à QC.

O presente trabalho tem como QC, “No período de 1947 a 1962, quais os acontecimentos que levaram ao fim do Estado Português na Índia e em que condição se encontrava a defesa do território?”

Resposta à QC: De 1947 a 1962, os acontecimentos que levaram ao fim do EPI iniciam-se com a criação da UI e com a declaração de independência do território de Bombaim a 15 de agosto de 1947, por parte de Inglaterra.

Passa depois pelas várias tentativas de negociações entre o EP e UI, as quais não obtiveram sucesso.

Dá-se a invasão e ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, que mais tarde no tribunal internacional é declarado como território pertencente a Portugal.

O EP toma a decisão de reforçar as forças militares, mas devido aos acontecimentos em África é levado a retirar forças do EPI, depois de apurar que o nível de ameaça na Índia não justificava uma grande presença militar.

Por último, verifica a perda destes territórios, derivada de decisões desajustadas à realidade local.

A defesa do território era muito fraca para conseguir fazer face a um inimigo forte como a UI. A fraca defesa foi originada por falta de meios materiais e humanos.

Com um reduzido número de homens e com meios materiais desgastados e obsoletos, podemos afirmar que a defesa do território perante as forças da UI era impossível.

Perante os resultados apurados, podemos concluir que sem uma forte cooperação entre os interesses militares e políticos, as decisões tomadas em qualquer circunstância podem pôr em causa grandes perdas para um país.

Perante os factos apresentados, não restam dúvidas que a perda do EPI foi consequência de falta de meios e de decisões controversas.

Mas, ainda assim, não se pode culpar uma única entidade como causadora destes problemas, como é costume verificar na maioria das documentações analisadas.

Deve sim ser feita uma aprendizagem com os erros cometidos pois, quer tenha sido por más decisões quer tenha sido por falta de informação concreta apresentada atempadamente, a saída de Portugal da Índia verificou-se, sem a possibilidade de ter outra solução.

BIBLIOGRAFIA

(2016). *NEP 522/1.ªAM*.

Alexandre, V. (2004). *Análise Social*. Obtido em 07 de março de 2017, de O império português (1825-1890): <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650604I3uCQ0xh3Fc45BI0.pdf>

Alves, T.-G. J. (25 de novembro de 2007). *Estado Português da Índia. Eventos da Década de Cinquenta Anterior À Invasão do Estado pelas Forças Armadas da União Indiana em 18 de dezembro de 1961 - Rememoração Pessoal*. Obtido em 15 de março de 2017, de Revista Militar: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/226>

Alves, J. L. (2011). Eventos Preliminares das Guerras de África 1961 - 1974, 36–46.

Aranha, J. (2008). *Enquanto se esperavam as naus do reino*. Lisboa: Esfera do Caos.

Barreiros, M. C. (1962). *A Invasão da Índia Portuguesa*. Angola: A. Casinha.

Barrica, E. J. (2002). *Angola, 10 anos de paz, conquistas e desafios*. Lisboa: Serviços de Imprensa da Embaixada da República de Angola em Portugal.

Brochado, C. (1954). *Que significa a Índia para os Portugueses*. Lisboa: Editorial Império.

Costa, J. P., & Rodrigues, V. L. (2008). *Conquista de Goa 1510-1512*. Lisboa: Tribuna da História.

Coutinho, M.-G. R. (2014). *A minha comissão de serviço no Estado Português da Índia como Comandante do Esquadrão de Reconhecimento nº4*. Évora.

Couto, F. C. (2006). *O Fim do Estado Português da Índia*. Lisboa: Tribuna da História.

- Duarte, M. I. (2000 - 2002). *A Doutrina Militar Portuguesa de Contra-Subversão. Origens e Metodologia do Esforço do Exército Face ao Conflito no Ultramar (1961-1974)*.
- Éfe, P. (Realizador). (1994). *Glória ou Morte* [Filme].
- Exército, M. d. (24 de novembro de 1961). *Decreto-Lei n.º 43351 - territoriais comandos militares exército*. Obtido em 12 de Abril de 2017, de Legislação: <http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-lei-n-o-43351-territoriais-comandos-militares-exercito-2071>
- Figueiredo, M. P. (sine ano). *SPSS: Uma ferramenta para análise de dados*. Obtido em 14 de Março de 2017, de http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/manual_SPSS.pdf
- IESM. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa: IESM.
- Índia, G. G. (1954). *Salazar define a posição de Portugal na Índia*. Goa: Dos Serviços de Informação do Governo Geral do Estado da Índia.
- Leitão, C. A. (1995). *Cadeir B301 - História Militar, Cronologia da História Militar Portuguesa*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.
- Lima, L. C. (2008). *As Decisões da Corte Internacional de Justiça como Elemento de Desenvolvimento do Direito Internacional*. Obtido em 16 de março de 2017, de http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/11/LIMA_Developing-the-International-Law-through-the-Court.pdf
- Lisboa, D. d. (14 - 15 de Dezembro de 1961). *Casa Comum*. Obtido em 12 de Janeiro de 2016, de Casa Comum: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/dia?ano=1961&mes=12
- Marcílio, M. L. (2010). *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*. Obtido em 5 de Abril de 2017, de Carta do Atlântico - 1941: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bibliografia/>
- MARCONI, M. D., & LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS S.A.

- MDN, M. d. (1961). *Legislação do Estado da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- M.N.E. (1967). *20 anos de Defesa da Índia*.
- Moço, D. M. (2012). *Prisioneiros na Índia 1961-1962*. Lisboa: UNIVERSIDADE DE LISBOA.
- Morais, C. A. (1995). *A Queda da Índia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Morais, C. A. (1997). *Cronologia Geral da Índia Portuguesa 1948 - 1962*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Museum, S. (2011). *Introduction to Sikhism*. Obtido em 11 de abril de 2017, de Sikhs.org: <https://www.sikhs.org/summary.htm>
- N.I.C.C.M. (2011). *Revisitar Goa, Damão e Diu*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Neves, N. (1961). Reforço Militar. *Diário de Lisboa*, 1.
- Nogueira, F. (1980). *Salazar, O ataque (1945 - 1958)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Oliveira, H. d. (1958). *O problema da Índia Portuguesa*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Pires, D. (1943). *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto: Portucalense Editora.
- Pissarra, J. V. (2002). *Chaul e Diu - O domínio di Índico*. Lisboa: Prefácio.
- Rajan, S., Chand, G., & Rydstrom, G. (1971). *Caderno d. quixote, Índia - Sem Nehru 36*. Suécia: Dom Quixote.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíadas Editora.
- Saraiva, J. H. (1993). *História de Portugal*. Mira-Sintra - Mem Martins: Europa-América, LDA.
- Turismo, E. d. (1962). Invasão e ocupação de Goa. In E. d. Turismo, *Invasão e ocupação de Goa* (pp. 126 - 127). Lisboa: Edição do Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular e Turismo.

UFJF. ((sine ano)). *Metodologia Científica - UFJF*. Obtido em 06 de Março de 2017, de http://www.ufjf.br/seguranca/files/2013/12/METODOLOGIA_CIENT_FICA_.doc.

Vasconcelos, A. Â. (2006). *Da Investigação Qualitativa: Entre Diferentes Mundos, Processos e Metodologias*. Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Vassalo e Silva, M. A. (1963). *Elementos do Governador-Geral do Estado da Índia Portuguesa, 30 de dezembro e 1958 a 19 de dezembro de 1961*. Lisboa.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista realizada ao Major-General na Reforma António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- **Função Atual:** Major-General Reformado
- 2- **Nome:** António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho
- 3- **Posto durante a presença na época em estudo**
 - 8/1952 a 12/1954 – Alferes
 - 12/1954 a 11/1959 – Tenente
 - 11/1959 – Capitão

4- Função ou funções desempenhadas durante a época em estudo**Como Alferes:**

- a- 8/1952 – Regimento de Cavalaria N.º 3, Estremoz – Comandante de pelotão de CC “Valentine”;
- b- 6/1953 – Grupo Divisionário de Carros de Combate (GDCC)/RC#/1.º Divisão (Nato) – Comandante de pelotão de CC M-47 “Patton” – Campo de Instrução Militar de Santa Margarida;
- c- 10/1953 Escola Prática de Cavalaria, Torres Novas – Comandante de pelotão de CC “Valentine”;

Como Tenente:

- a- 3/1954 – Grupo Divisionário de Carros de Combate/1.ª DI (Nato), que passou a ser encargo da EPC, comandante de pelotão de CC M-47 “Patton”;
- b- 04/1955 – Nomeado Oficial de Transmissões da EPC, em Torres Novas e, a partir de 3/1957, em Santarém;

Como Capitão:

- a- 11/1959 – Promovido a capitão
Comandante do Esquadrão de Comando e do Esquadrão de Instrução da EPC, em Santarém;
- b- 3/1961 – Mobilizado para o Comando Territorial Independente do Estado da Índia, Goa;
- c- 4/1961 – Nomeado comandante do Esquadrão de Reconhecimento.º 4, em Balli, no Sul de Goa;
- d- 12/1961 – Invasão de Goa pela União Indiana;
- e- De 19/12/1961 a 9/5/1962, prisioneiro da União Indiana;
- f- 06/1962 – Colocado no GDCC, no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida;
- g- 06/1962 – Colocado no Batalhão de Transmissões N.º 3/Escola Prática de Engenharia, em Tancos, para comandar uma companhia de formação de radiotelegrafistas;

5- Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo

A resposta a esta pergunta já consta da resposta à pergunta 4.

6- Período em que esteve na Índia Portuguesa

De 27 de março de 1961 a 9 de maio de 1962.

7- Quais os meios que tinha ao seu dispor

Os meios atribuídos a um Esquadrão de Reconhecimento “Tipo Índia”.

Para melhor esclarecimento, consultar o trabalho que dediquei ao Museu Militar de Elvas sobre a minha comissão em Goa, e que junto em anexo.

2.ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas do Comando Territorial Independente do Estado da Índia, antes de chegar à Índia?	X		
2- Sentia-se seguro?	X		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?			X
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do Estado Português?			X
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?			X
6- Teve conhecimento de ataques a forças portuguesas no terreno?	X		
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?	X		
8- Considera que o apoio dado por parte do Estado Português era adequado?			X
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado português eram em tempo oportuno?			X
10- Conseguia manter comunicações com Portugal?	X (*)		

(*) 10ª Questão - Só mantinha comunicações particulares com Portugal com a família e amigos por via postal. Nas comunicações oficiais, respeitava a cadeia de comando, tinha de me ligar com o Comandante do Agrupamento e com as subunidades.

3.ª FASE

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: As correspondentes à ação de um comandante de Esquadrão de Reconhecimento numa situação de quadrícula com possibilidade de evoluir para uma situação de guerra.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Não

Não dispunha de meios para materializar a rede de controlo operacional do esquadrão.

Só tinha meios para me ligar com o Comando de Agrupamento e com os destacamentos de Canácona e da Ponte de Ordofono.

3- Considera que os meios utilizados pelo Exército Português na Índia, face às dificuldades na altura, eram os mais adequados?

R: Os meios que existiam na Índia eram antiquados e muitos deles obsoletos, mas eram os que tinha sido possível disponibilizarem.

O problema fundamental não eram os meios existentes, mas sim o estado de desgaste e de inoperacionalidade em que se encontravam. Por outro lado as munições para as armas pesadas estavam incapazes. A maioria dos disparos não saía do tubo ou, se saíam, os projéteis não explodiam.

Ao estado caótico em que se encontravam os meios, aliava-se a falta de formação do pessoal.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Não

A partir do momento em que os efetivos foram reduzidos de 12.000 homens para 3.500, Portugal ofereceu à União Indiana a oportunidade para anexar o Estado Português da Índia.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: A presença militar está ligada à soberania.

As forças militares são um dos garantes da soberania.

As forças militares que se encontravam no Estado da Índia foram confrontadas com uma situação em que:

- a proporção era de 10 militares indianos por cada português;
- não existiam meios aéreos ou antiaéreos, mas o inimigo dispunha de uma boa aviação de bombardeamento e de ataque ao solo (se tivesse querido tinha destruído todas as nossas forças quer durante os deslocamentos, quer nas posições);
- a nossa marinha era representada por um velho aviso que foi neutralizado em 25 minutos de combate e por 3 lanchas de fiscalização sem significado operacional;
- o nosso plano de operações era, no mínimo, caricato;
- o plano de operações indiano estava bem concebido para o objetivo a atingir;
- um dos informadores da União Indiana era um 1.º sargento que era o homem de confiança do QG/CTI, era ele que dactilografava todas as ordens, planos e relatórios e ainda fazia a censura da correspondência dos presos do Forte da Aguada.
- hoje, tenho a convicção que não interessava defender o Estado da Índia, o que interessava era que morressem os militares que lá estavam para arranjam suporte para a política defendida pelo governo da altura.

Entrevista realizada via *correio electrónico*:

DE: Major General António Pereira Coutinho
<antoniocoutinho@live.com.pt>

PARA: Aspirante-Aluno Marco António Veterano Domingos
<12649.domingos@academiamilitar.pt>

DATA: 22 de março de 2017 às 20:25

ASSUNTO: RE: Entrevista sobre o Estado Português da Índia

APÊNDICE B – Entrevista realizada ao Coronel na Reserva, Fundador da N.I.C.C.M. Rogério Taborda e Silva

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- Função Atual:** Na reserva desde 1973 com o posto de Coronel, Fundador da NICC e Autor das Conferências da Cooperativa Militar “Revisitar Goa, Damão e Diu”.
- 2- Nome:** Rogério Taborda e Silva
- 3- Posto durante a presença na época em estudo:** Capitão de Artilharia de dezembro de 1956 a dezembro de 1958.
- 4- Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:** Cmdt da Bateria de Antiaérea e Cmdt de Destacamento de Serviços e Materiais.

- 5- Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Esteve em Goa. Durante o seu período de permanência em Goa, o efetivo de militares no Estado Português na Índia chegou ao seu máximo, com mais de 12mil homens.
- 6- Período em que esteve na Índia Portuguesa:** Pergunta já respondida.
- 7- Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Munições dos paióis e armas antiaéreas obsoletas já na altura.
- 8- Considerações de relevância:** Nada a referir.

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?			X (*)
2- Sentia-se seguro?	X		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?	X		
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do Estado Português?			X (*)
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?			X
6- Teve conhecimento de ataques à força portuguesa no terreno?	X		
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?			X
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado	X		
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?			X
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?	X		

(*) 1ª Questão – Só se tinha noção no terreno. Existiam dificuldades com as munições, por causa da falta de infraestruturas e mesmo por causa do clima que se fazia sentir na região, que por ser húmido degredava por completo as munições.

(*) 4ª Questão – O Estado Português enviava para a Índia o que era efetivamente pedido e o que tinha mas este material que vinha e o que já lá estava impróprio para consumo.

3ª FASE

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: O Senhor Coronel Taborda e Silva afirma que no período em que estive na Índia tinha o máximo do efetivo.

Afirma também que tinha capacidade para manter o território português.

Acrescenta ainda que este máximo de efetivo era composto, grande parte por nativos goeses.

O contacto com as suas tropas era difícil, tendo em atenção a dificuldade de compreensão linguística.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Não, existia apenas o rádio no comando onde comunicava com o Quartel-General e muitas vezes avariava.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Não, com a agravante de estarem obsoletos e não estarem ajustados às necessidades.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Foi respondida na 1ª questão.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: Não tínhamos materiais. Estes estavam desgastados e atrasados tecnologicamente perante um inimigo que tinha meios, dinheiro e tecnologia.

Os nossos paíóis eram vivendas e moradias cheias de humidade e sem segurança.

Não tínhamos locais para armazenar armas e outros meios.

Não dispúnhamos de meios, nem munições anticarro.

Eram enviados materiais da metrópole sem ponderação.

Salazar negava as tentativas de negociações com a UI, procurava manter as forças militares na Índia para manter o regime.

O resultado era previsível. E se tivesse havido umas boas relações com a Índia a situação hoje era muito mais vantajosa.

6- Outras observações.

Durante o período em que foram realizadas visitas de Estado e elaborados relatórios há que referir 2 deles:

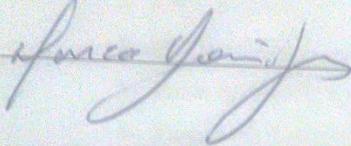
- O relatório executado por General Barros Rodrigues analisado pelo Senhor Coronel Taborda e Silva cumpre com o esperado. Este dá informações ao Estado Português, desde o estado das materiais, meios, infraestruturas. É também analisado o perfil dos homens e comandantes dos diversos Agrupamentos e Aquartelamentos.
- O relatório do Secretário de Estado Costa Gomes, foi na visão do Coronel Taborda e Silva, mal executado e sem fundamento. Tal levou o Estado Português a votar em Conselho de Ministros a retirada de forças militares, quer de homens, quer de meios, de Goa, Damão e Diu para enviar para outros teatros de operações.

Na Academia Militar, sediada no Palácio da Bemposta, foram nesta altura realizadas reuniões dos vários chefes militares, referentes ao EPI. Foi considerada a possibilidade de manter das forças do EPI ou optar por uma resolução pacífica como era pretendido pela União Indiana.

A invasão de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 foi politicamente aproveitada para fazer publicidade para levar a população portuguesa a alistar-se com o intuito de ir combater e defender a pátria portuguesa nas províncias ultramarinas.

No Coliseu dos Recreios a notícias que chegavam à população era que tínhamos que defender a nossa pátria e que estavam a atentar contra a nossa soberania.

A população ficava assim com a vontade de defender o território e assim começou-se a levar novos soldados em massa para a Índia.

Assinatura no Entrevistador:


Assinatura do Entrevistado:

Cm 27 2017

Data da Entrevista: 20/03/17

Hora da entrevista: 12:45

Local da Entrevista: Academia Militar

APÊNDICE C – Entrevista realizada ao Sargento-Mor na reforma Francisco da Silva Braz

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- Função Atual:** Reformado, foi SarjMor em Estremoz e Braga
- 2- Nome:** Francisco da Silva Braz
- 3- Posto durante a presença na época em estudo:** 2º Furriel e Furriel Miliciano
- 4- Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:**
Ações de patrulhamento e reconhecimento e instrução.
- 5- Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Zonas de Bali, Canácona, Polém e à Ponte de Ordofondo.
- 6- Período em que esteve na Índia Portuguesa:** 1959 a 1961
- 7- Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Jeeps Fox e Humber.
- 8- Considerações de relevância:** Nada a referir.

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?			X (*)
2- Sentia-se seguro?	X (*)		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?	X (*)		
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?	X (*)		
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?			X
6- Teve conhecimento de ataques à força portugues no terreno?			X (*)
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?			X
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado			X
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?			X
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?	X (*)		

(*) 1ª Questão - Ofereci-me para ir e por curiosidade.

(*) 2ª Questão - Sentia-me seguro no meio local, mas todos tínhamos medo de uma possível invasão.

(*) 3ª Questão - Tinha que pagar a alimentação na Messe, apenas tínhamos bons apoios em dinheiro o resto não.

(*) 4ª Questão - Não estive preso. Tínhamos muita falta de material. Tinha comigo uma arma individual “Sten” que era uma arma inglesa que só podia disparar 1.500 tiros e já estava ao serviço há muitos anos com as forças portuguesas.

(*) 6ª Questão - Os Satyagrahas já tinham acabado, só existam pequenas manifestações.

(*) 10ª Questão - Dependia da quantidade dos Voos da TAP e da TAIP.

3ª FASE

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: De interesse posso referir que tive o privilégio ser o Comandante das Escoltas do Professor Doutor Adriano Moreira e a Escolta ao Príncipe Aga Khan.

O Professor Doutor Adriano Moreira foi recebido com as honras normais para a ocasião, mas o Príncipe foi recebido no aeroporto de Dabolim e as ruas estavam cobertas das melhores tapeçarias cobertas de pedras preciosas e ouro, dava para ver que estávamos perante um país muito rico todos com as melhores vestes.

A escolta a entidades indianas era sempre difícil pois era difícil para as nossas viaturas acompanhar o andamento das viaturas das entidades Indianas.

Outras ações que realizava com muita frequência era demonstração de força e ações de reconhecimento que tinham de ser planeadas com 15 dias de antecedência para que tivéssemos combustível disponível para as viaturas.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Dispúnhamos do rádio P19 que era muito difícil de conseguir manter comunicações internas.

Os Comandantes de Esquadrão deslocavam-se com frequência aos Comandos para transmitir e receber informações.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Era o que tínhamos em Portugal por isso sim era o que era os mais adequados, pois não tínhamos melhor.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Não, Portugal nunca teria capacidade nem intenção de manter os territórios na Índia. Uma prova disso era os cursos do qual tive formação e fui formador, o curso de demolição e desminagem, que era ministrado na Índia, mas que visava enviar os instruendos para Timor, que nesta altura já se previa a invasão por parte a Indonésia

e assim os portugueses eram para lá enviados como civis engenheiros ou enfermeiros, mas com treino para reagir caso necessário.

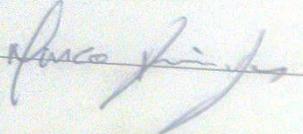
5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

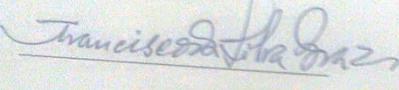
R: Manter os territórios pela presença militar não, mas manter a presença cultural e religiosa junto dos goeses era fácil e necessário, pois era bom para os dois países, não só como ajuda interna na Índia, mas também para manter a cultura e história de Portugal.

6- Outras observações.

A presença militar tinha como perspetiva:

- a. Manter a soberania
- b. Manter a bandeira de Portugal nos países da Ásia.

Assinatura no Entrevistador:


Assinatura do Entrevistado:


Data da Entrevista: 13/03/17

Hora da entrevista: 16:10

Local da Entrevista: Estremoz

APÊNDICE D – Entrevista realizada ao Ex-Professor de Matemática na Academia Militar Harum Katchi

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- **Função:** Ex-Professor de Matemática na Academia Militar
- 2- **Nome:** Harum Katchi
- 3- **Posto durante a presença na época em estudo:** Nada a referir
- 4- **Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:**
Nada a referir
- 5- **Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Nada a referir
- 6- **Período em que esteve na Índia Portuguesa:** 1963 após conflito
- 7- **Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Nada a referir
- 8- **Considerações de relevância:** Nada a referir

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?			X
2- Sentia-se seguro?	X		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?	X		
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?			X
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?		X	
6- Teve conhecimento de ataques à força portugues no terreno?			X
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?			X
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado		X	
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?			X
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?	X		

3ª FASE**Questões**

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: Nada a referir.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Nada a referir.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Nada a referir.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Nada a referir.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: Nada a referir.

6- Outras observações.

Em 1961, estando este em Moçambique verificou a existência de censura nos meios de comunicação.

Verificou a existência de conflitos com os Indianos residentes em Moçambique.

Constatou haver uma tentativa de negociações pacíficas, por parte dos indianos.

Em 1962 as relações eram difíceis entre Portugal e Índia

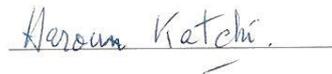
No entanto quando foi a Goa, nesse ano encontrou vários Portugueses Goeses.

Referiu que se falava português nas alfândegas.

Assinatura no Entrevistador:



Assinatura do Entrevistado:



Data da Entrevista: 13/03/17

Hora da entrevista: 12 : 50

Local da Entrevista: Biblioteca da Academia Filitica

APÊNDICE E – Entrevista realizada ao Secretário da Comissão/ Diretor de Serviços do CDA Rui de Figueiredo Ribeiro

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- Função Atual:** Secretário da Comissão/ Diretor de Serviços do CDA
- 2- Nome:** Rui de Figueiredo Ribeiro
- 3- Posto durante a presença na época em estudo:** Não se aplica
- 4- Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:**
Não se aplica
- 5- Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Não se aplica
- 6- Período em que esteve na Índia Portuguesa:** Não se aplica
- 7- Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Não se aplica
- 8- Considerações de relevância:** Nada a referir

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?	X		
2- Sentia-se seguro?	X		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?			X
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?		X	
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?			X
6- Teve conhecimento de ataques à força portuguesas no terreno?	X		
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?			X
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado			X
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?		X	
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?		X	

Notas da 2ª Fase da Entrevista

- Um dos possíveis problemas com que nos deparamos quando procuramos a resolução do conflito entre o EP e a Índia, é a dificuldade que o EP tinha de dar independência ao EPI, alterando o seu estatuto.
- Para esta resolução, teríamos a resolução do tratado de HAIA segundo o pedido realizado por Portugal.
- Segundo o Dr. Figueiredo Ribeiro não se verificou a existência da violação dos Direitos Humanos. No entanto, não deixou de ser uma evidente violação do Direito Internacional.
- Sabe-se que a UI tinha diretivas no sentido de respeitar os militares e civis portugueses.

- Portugal teve relações diplomáticas com a Índia até 1954. As razões que levaram a que se tivesse efetivado a invasão decorreram do seguinte:
 - Eleições na Índia, onde a UI tinha a necessidade de mostrar que o país estava efetivamente a caminhar no sentido da sua liberdade;
 - Governo de Nehru em risco de perder as eleições;
 - Índia em conflito armado a norte do seu território com a China.
- Tem o pormenor de se verificar que a Índia mantém a cultura portuguesa nas suas origens.
- Com o Marechal Costa Gomes, que na época do conflito era o Subsecretário de Estado, quando realiza uma visita à Índia, elabora um relatório, do qual se inicia a retirada de materiais e forças do território Índia e é enviado para África.

3ª FASE

Questões

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: Nada a referir.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Nada a referir.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Nada a referir.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Nada a referir.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: Para Portugal é traumático o fim da ideia de Portugal perder o seu domínio desde Portugal Continental até Timor.

Portugal não tinha capacidade para defender a Índia e mesmo que pretendesse realizar essa manobra de enviar reforços para o seu território na Índia não tinha possibilidade pois essa mobilização tinha sido vetada pela União Soviética e apoiada por parte dos E.U.A..

Inglaterra tentava demover a União Indiana da ideia da invasão;

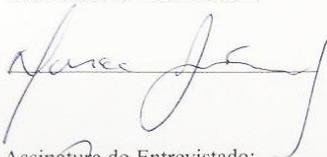
Do ponto de vista dos Estados Unidos na pessoa do Presidente Kennedy, estes tinham uma posição de oposição à contínua ocupação de Portugal em Goa, Damão e Diu e totalmente contra o regime.

- Tinham como objetivo que Portugal descolonizasse todas as suas colónias.
- É emitido um relatório a favor da U.I. e é pretendido estabelecer um prazo para Portugal descolonizar a Índia.

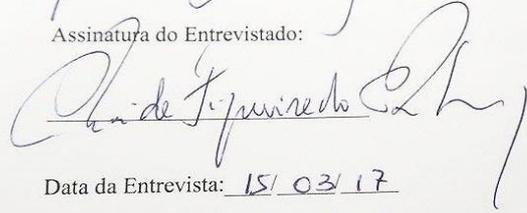
6- Outras observações.

Salazar tinha como ideia desenvolver as elites indianas para estas, quando devidamente preparadas substituíssem as entidades reguladoras de administração, nos vários departamentos em que Portugal se encontrava presente.

Assinatura no Entrevistador:



Assinatura do Entrevistado:



Data da Entrevista: 15/03/17

Hora da entrevista: 17:45

Local da Entrevista: Assembleia de República

APÊNDICE F – Entrevista realizada ao Sargento-Chefe da Guarda Fiscal na Reforma Paulo António Carmo dos Santos

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- Função Atual:** SarjChefe Guarda Fiscal (Reformado)
- 2- Nome:** Paulo António Carmo dos Santos
- 3- Posto durante a presença na época em estudo:** Cabo
- 4- Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:** Cabo-Enfermeiro.
- 5- Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Forte da Aguada.
- 6- Período em que esteve na Índia Portuguesa:** 15 de Maio de 1959 a 14 de Maio de 1961.
- 7- Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Jeep Willys
- 8- Considerações de relevância.** Nada a referir.

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?			X (*)
2- Sentia-se seguro?	X (*)		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?	X		
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?			X
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?			X (*)
6- Teve conhecimento de ataques à força portuguesas no terreno?	X (*)		
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?			X
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado			X
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?			X
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?	X		

(*) 1ª Questão - A propaganda do regime era muito forte, chamavam a Goa a “Roma do Ocidente”.

Assim, como muitos fui eu que quis ir para a Índia.

(*) 2ª Questão - As instalações eram muito precárias.

(*) 5ª Questão - Medicamentos eram os necessários e pouco mais. O Posto de socorros em si não estava equipado.

(*) 6ª Questão - Maulingem foi atacado junto da fronteira, os terroristas tinham intenção de destruir as condutas de água que davam abastecimento de água a Goa, mas alguma coisa correu mal e os explosivos rebentaram antes de serem colocados.

3ª FASE**1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?**

R: Tratava dos militares da nossa força e dos nativos que precisavam de ajuda médica e o médico do posto autorizava essa ajuda.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Tínhamos dificuldades em comunicar, só tínhamos meio de receber informações pela cadeia de comando ou pela rádio local.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Portugal tinha meios, mas nunca foram enviados para a Índia. Pode-se dizer que em Portugal havia meios para dar instrução e mas isso nunca foi aplicado na prática.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: Portugal não tinha como manter a segurança do território. Os Indianos tinham meios materiais e humanos, coisa que na altura Portugal não tinha.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: Portugal tinha que ter optado por uma resolução o mais cedo possível e por meios pacíficos.

6- Outras observações.

Nada a referir.

Assinatura no Entrevistador:



Assinatura do Entrevistado:



Data da Entrevista: 23 / 03 / 17

Hora da entrevista: 16 : 00

Local da Entrevista: Larehal / Algarve

APÊNDICE G – Entrevista realizada ao Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências Prof. Dr. Adriano José Alves Moreira

INTRODUÇÃO

Esta entrevista visa a recolha de dados históricos para a elaboração Trabalho de Investigação Aplicada que se intitula, “O Estado Português na Índia de 1947 a 1962.”

A entrevista tem 3 fases. Uma primeira fase de identificação para enquadramento histórico. Uma segunda fase de respostas fechadas. Uma terceira fase de respostas abertas.

A primeira fase é constituída por 7 perguntas. A segunda fase é constituída por 10 perguntas onde o entrevistado tem 3 opções de resposta, “SIM”, “DESCONHEÇO” ou “NÃO”. A terceira fase tem 6 perguntas de carácter livre onde se pretende que o entrevistado expresse a sua opinião sobre os temas abordados.

1ª FASE

- 1- **Função Atual:** Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências.
- 2- **Nome:** Adriano José Alves Moreira
- 3- **Posto durante a presença na época em estudo:** Ministro do Ultramar.
- 4- **Função ou funções desempenhada durante a presença na época em estudo:** Delegado Representante de Portugal na ONU de 1957 a 1959, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina de 1960 a 1961 e Ministro do Ultramar de 1961 a 1963.
- 5- **Local ou locais onde exerceu funções durante a presença na época em estudo:** Lisboa.

- 6- **Período em que esteve na Índia Portuguesa:** Nada a referir.
- 7- **Quais os meios que tinha ao seu dispor:** Não se aplica.
- 8- **Considerações de relevância:** Nada a referir.

2ª FASE

Questões	SIM	DESCONHEÇO	NÃO
1- Tinha noção do estado em que se encontravam as forças militares portuguesas, antes de chegar à Índia?		X	
2- Sentia-se seguro?	X		
3- Considera que os apoios logísticos eram os adequados?		X	
4- Esteve em situações de dificuldade extrema por falta de apoios ou meios por parte do estado Português?		X	
5- Existiam os meios necessários para exercer a sua função ou missão?		X	
6- Teve conhecimento de ataques à força portugueses no terreno?	X		
7- Durante a sua permanência na Índia Portuguesa teve necessidade de reagir em situações de combate?		X	
8- Considera que o apoiado por parte do Estado Português era adequado?	X		
9- Considera que as decisões tomadas por parte do Estado Português eram em tempo oportuno?	X		
10- Conseguia manter comunicações para Portugal?		X	

3ª FASE

1- Quais as atividades que desenvolvia diariamente na Índia Portuguesa?

R: Nada a referir.

2- Considera que os meios de comunicação eram os suficientes para a altura?

R: Nada a referir.

3- Considera que os meios utilizados pelo exército Português na Índia, face às dificuldades da altura, eram os mais adequados?

R: Nada a referir.

4- Considera que Portugal tinha capacidade para manter os territórios na Índia Portuguesa?

R: A União Indiana se quisesse aniquilar as Forças Militares Portuguesas, tê-lo-ia feito muito mais cedo. Estes atos de violência não eram comportados com a política de Nehru.

- ✓ Quando o General Costa Gomes propõe a redução do efetivo militar, este fundamenta-se numa ideia muito racional. Referia-se à Política do Presidente Nehru, que apelava ao pacifismo por parte das forças da União Indiana. Como tal não seria de esperar um ataque por parte dessas forças. Assim uma força meramente representativa era mais que suficiente para manter o símbolo de soberania do Estado Português.
- ✓ No entanto, isto não se veio a verificar e sendo a opinião do Prof. Dr. Adriano Moreira, *“Nehru não teve conhecimento do início do ataque nem do seu planeamento”*.
- ✓ Quem de facto ordenou este ataque foi, Ministro da Defesa Nacional na altura Krishna Menon, que tinha tomado posse do cargo, duas semanas antes do ataque a Goa, Damão e Diu. Nehru considerava Krishna Menon um homem de pouca confiança, o que se veio a revelar como verdade.

5- Na sua opinião, de que forma decorreu o fim da presença militar portuguesa na Índia?

R: Para Portugal a perda dos territórios na Índia foi como perder a glória.

Quem hoje for a Goa, verifica que se o General Vassalo e Silva tivesse resistido, tudo teria sido destruído e assim perdia-se todo o património em Goa.

As únicas forças que resistiram, foram forças que não tinham ligação para com o Quartel-general.

6- Outras observações.

➤ O processo de entrada de Portugal na ONU demorou 10 anos até efetivamente acontecer.

A culpa de tão demorada entrada, não é como se encontra na literatura corrente, que faz referência ao regime, nem foi por culpa das colónias.

➤ Não podia entrar nenhum país na ONU, sem que o Conselho de Segurança o aprovasse e como já existia rivalidade entre membros deste Conselho,

nomeadamente entre os EUA e a URSS, verificou-se então a demora para não serem alteradas as maiorias na Assembleia Geral.

➤ A entrada de Portugal na ONU é que dá origem ao problema com as colónias, sendo que a interpretação da Carta das Nações Unidas é divergente entre a ONU e a sua ideia da descolonização e a leitura feita pelo Estado Português.

➤ Na altura a ideia de descolonização para a ONU só dizia respeito a países da Europeia, no entanto a interpretação da Carta das Nações Unidas, feita por Portugal era que, como Portugal se considerava um país Unitário segundo a sua Constituição. Assim sendo, como país Unitário não tinha que fazer distinções.

➤ A ONU respondia que quando Portugal entrou para o Comité sabia antecipadamente quais as condições e qual a interpretação da Carta das Nações Unidas.

➤ Apesar do princípio da Carta das Nações Unidas ser efetivamente a descolonização, nenhuma descolonização a nível mundial foi feita sem que não existisse intervenção militar.

➤ A Holanda, a França, a Argélia, a Inglaterra, todos estes países tiveram que intervir militarmente no decorrer das suas descolonizações.

➤ Como estes Portugal também.

➤ Na ONU quem começou a batalha para a descolonização da Índia, foi o Senhor Krishna Menon que mais tarde viria a ser o Ministro da Defesa da União Indiana em 1961.

➤ Em Goa existia um grupo denominado por “Mormugão”, que defendia que o Estado Português realizasse uma mudança na constituição, devendo passar a ser Federação de Países, uma vez que tínhamos vários Estados nas Colónias e fazia todo o sentido tornar Portugal uma Federação.

- Em Goa existia uma grande afinidade com Portugal e a sua cultura.
A Invasão de Goa foi um ato que contrariava a Cartas da Nações Unidas.

Assinatura no Entrevistador:



Assinatura do Entrevistado:



Data da Entrevista: 03/04/17

Hora da entrevista: 11:10

Local da Entrevista: Academia Amalys

**APÊNDICE H – QUADRO DE ANÁLISE DE RESPOSTAS DADAS
PELOS DIFERENTES ENTREVISTADOS A CADA PERGUNTA DA
2ª FASE DA ENTREVISTA**

Tabela 1 - Resposta à questão 1 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 1							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim	X				X			2	29%
Desconheço							X	1	14%
Não		X	X	X		X		4	57%
Conclusão da questão nº1: Era desconhecido da maior parte dos entrevistados o estado em que se encontravam as forças militares portuguesas na Índia.									

Tabela 2 - Resposta à questão 2 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 2							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
Desconheço								0	0%
Não								0	0%
Conclusão da questão nº2: Não existia hostilidade para com os militares portugueses, quer seja pela população, quer seja pelas forças da UI. Segundo os entrevistados ninguém esperava que chegasse a existir efetivamente um ataque por parte da UI.									

Tabela 3 - Resposta à questão 3 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registo	Questão 3							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevistados</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim		X	X	X		X		4	57%
Desconheço							X	1	14%
Não	X				X			2	29%

Conclusão da questão nº3: O apoio logístico tem de ser observado por duas vertentes. Uma é referente às respostas dadas pelos entrevistados que estiveram na IP antes de 1960. Estes referem que não haver necessidade de melhorar os meios, nem era uma preocupação presente. A segunda vertente é obtida pelas respostas dos presentes depois de 1960 e a algumas opiniões dos entrevistados que tinham conhecimento da situação na época. Estes referem que havia necessidade de meios e apoio logístico. Os meios estavam obsoletos e o apoio logístico só era verificado atempadamente a nível monetário, porque tudo o resto estava em falta.

Tabela 4 - Resposta à questão 4 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registo	Questão 4							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim			X					1	14%
Desconheço					X		X	2	29%
Não	X	X		X		X		4	57%

Conclusão da questão nº4: O sentimento de dificuldades por falta de meios era sentido principalmente pelos utilizadores dos mesmos.

Tabela 5 - Resposta à questão 5 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 5							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim								0	0%
Desconheço				X			X	2	29%
Não	X	X	X		X	X		5	71%
Conclusão da questão nº5: Os meios eram obsoletos e com por esse motivo era impossível o cumprimento das missões designadas para cada força.									

Tabela 6 - Resposta à questão 6 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 6							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim	X	X			X	X	X	5	71%
Desconheço								0	%
Não			X	X				2	29%
Conclusão da questão nº6: Durante a permanência dos entrevistados, presentes na Índia, houve descrições de alguns incidentes, uns por meios pacíficos, outros por meios violentos, mas que muitos nunca chegavam a acontecer ou não tinham consequências para as forças portuguesas. Os denominados posto de guarda é que verificavam mais destas ocorrências, os militares eram chamados em forças muitas vezes, mas apenas para ser um meio dissuasor das manifestações.									

Tabela 7 - Resposta à questão 7 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 7							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim	X							1	15%
Desconheço							X	1	15%
Não		X	X	X	X	X		5	70%

Conclusão da questão nº7: Dos entrevistados, só os que estiveram presentes no ano de 1961, tiveram que se empenhar em combate efetivo.

Tabela 8 - Resposta à questão 8 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 8							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim		X					X	1	29%
Desconheço				X	X			2	28%
Não	X		X			X		3	43%

Conclusão da questão nº8: A realidade vivida pelos entrevistados é um fator a ter em conta na resposta a esta questão. Os entrevistados militares que estiveram antes de 1959, referem que no EPI o EP dava os meios que estes necessitavam. Esta opinião é partilhada de igual modo por entrevistados que não prestaram serviço militar, mas sim presença política. Já a resposta dada pelos militares presentes na Índia depois de 1959, referem que os apoios por parte do EP eram inconstantes e que nunca eram adequados às necessidades. O único apoio que era cumprido com rigor eram as remunerações pelos serviços prestados.

Tabela 9 - Resposta à questão 9 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registro	Questão 9							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim							X	1	15%
Desconheço					X			1	15%
Não	X	X	X	X		X		5	71%

Conclusão da questão nº9: As decisões tomadas pelo EP foram sempre desadequadas, fora de tempo e sempre que era necessário ser tomada uma decisão, muitas das vezes eram os comandantes no EPI, que tomavam a iniciativa das mesmas.

Tabela 10 - Resposta à questão 10 da 2ª fase da entrevista

Unidade de registo	Questão 10							Frequência de resposta	Resultados
	<u>Entrevista</u>								
	1	2	3	4	5	6	7		
Sim	X	X	X	X		X		5	71%
Desconheço					X		X	2	29%
Não								0	0%

Conclusão da questão nº10: As comunicações eram facilmente mantidas para Portugal. Estas eram realizadas inicialmente pela STAIP⁵⁴, que mais tarde se viria a designar por TAIP⁵⁵ em conjunto com a TAP⁵⁶. Era fácil manter o contacto com as famílias e com o EP.

⁵⁴ Serviços de Transportes Aéreos da Índia Portuguesa

⁵⁵ Transportes Aéreos da Índia Portuguesa

⁵⁶ Transportes Aéreos Portugueses

**APÊNDICE I – QUADRO DE ANÁLISE DE RESPOSTAS DADAS
PELOS DIFERENTES ENTREVISTADOS A CADA PERGUNTA DA
3ª FASE DA ENTREVISTA**

Tabela 11 - Resposta às questões da 3ª fase da entrevista

Questão	Respostas	Entrevista
1	As correspondentes à ação de um comandante de Esquadrão de Reconhecimento numa situação de quadrícula com possibilidade de evoluir para uma situação de guerra.	A
	O Senhor Coronel Taborda e Silva afirma que no período em que estive na Índia tinha o máximo do efetivo. Acrescenta ainda que este máximo de efetivo era composto, grande parte por nativos goeses. O contacto com as suas tropas era difícil, tendo em atenção a dificuldade de compreensão linguística.	B
	De interesse posso referir que tive o privilégio ser o Comandante das Escoltas do Professor Doutor Adriano Moreira e a Escolta ao Príncipe Aga khan. O Professor Doutor Adriano Moreira foi recebido com as honras normais para a ocasião, mas o Príncipe foi recebido no aeroporto de Dabolim e as ruas estavam cobertas das melhores tapeçarias cobertas de pedras preciosas e ouro, dava para ver que estávamos perante um país muito rico todos com as melhores vestes. A escolta a entidades indianas era sempre difícil pois era difícil para as nossas viaturas acompanhar o andamento	C

	<p>das viaturas das entidades Indianas.</p> <p>Outras ações que realizava com muita frequência era demonstração de força e ações de reconhecimento que tinham de ser planeadas com 15 dias de antecedência para que tivéssemos combustível disponível para as viaturas.</p>	
	<p>Tratava dos militares da nossa força e dos nativos que precisavam de ajuda médica e o médico do posto autorizava essa ajuda.</p>	F
2	<p>Não dispunha de meios para materializar a rede de controlo operacional do esquadrão.</p> <p>Só tinha meios para me ligar com o Comando de Agrupamento e com os destacamentos de Canácona e da Ponte de Ordofono.</p>	A
	<p>Não existiam os meios para as forças poderem comunicar, sendo que existia apenas o rádio no comando onde comunicava com o Quartel-General e muitas vezes avariava.</p>	B
	<p>Dispúnhamos do rádio P19 que era muito difícil de conseguir manter comunicações internas.</p> <p>Os Comandantes de Esquadrão deslocavam-se com frequência aos Comandos para transmitir e receber informações.</p>	C
	<p>Tínhamos dificuldades em comunicar, só tínhamos meio de receber informações pela cadeia de comando ou pelo rádio local.</p>	F
3	<p>Os meios que existiam na Índia eram antiquados e muitos deles obsoletos, mas eram os que tinha sido possível disponibilizarem.</p> <p>O problema fundamental não eram os meios existentes, mas sim o estado de desgaste e de inoperacionalidade em que se encontravam. Por outro lado as munições para as armas pesadas estavam incapazes. A maioria dos disparos não saía do tubo ou, se saíam, os projéteis não explodiam.</p>	A

	Ao estado caótico em que se encontravam os meios, aliava-se a falta de formação do pessoal.	
	Não, com a agravante de estarem obsoletos e não estarem ajustados às necessidades.	B
	Era o que tínhamos em Portugal por isso sim era o que era os mais adequados, pois não tínhamos melhor.	C
	Portugal tinha meios, mas nunca foram enviados para a Índia. Pode-se dizer que em Portugal havia meios para dar instrução e mas isso nunca foi aplicado na prática.	F
4	A partir do momento em que os efetivos foram reduzidos de 12.000 homens para 3.500, Portugal ofereceu à União Indiana a oportunidade para anexar o Estado Português da Índia.	A
	Afirma também que tinha capacidade para manter o território português.	B
	Não, Portugal nunca teria capacidade nem intenção de manter os territórios na Índia. Uma prova disso era os cursos do qual tive formação e fui formador, o curso de demolição e desminagem, que era ministrado na Índia, mas que visava enviar os instruendos para Timor, que nesta altura já se previa a invasão por parte a Indonésia e assim os portugueses eram para lá enviados como civis engenheiros ou enfermeiros, mas com treino para reagir caso necessário.	C
	Portugal não tinha como manter a segurança do território. Os Indianos tinham meios materiais e humanos, coisa que na altura Portugal não tinha.	F
	A União Indiana se quisesse aniquilar as Forças Militares Portuguesas, ter-lho-ia feito muito mais cedo e que estes atos de violência não eram comportados com a política de Nehru. Quando o General Costa Gomes propões a redução do efetivo militar, este fundamenta com uma ideia muito	G

	<p>racional, ao referir que segundo a Política que o Presidente Nehru seguia, não seria de esperar um ataque por parte das forças da União Indiana, visto que estas apelavam ao pacifismo e uma força meramente representativa era mais que suficiente para manter o símbolo de soberania do Estado Português presente, visto que Portugal tinha necessidade de ter forças noutros teatros de operações. A União Indiana se quisesse aniquilar as Forças Militares Portuguesas, tê-lo-ia feito muito mais cedo. Estes atos de violência não eram comportados com a política de Nehru.</p> <p>Quando o General Costa Gomes propõe a redução do efetivo militar, este fundamenta-se numa ideia muito racional. Referia-se à Política do Presidente Nehru, que apelava ao pacifismo por parte das forças da União Indiana. Como tal não seria de esperar um ataque por parte dessas forças. Assim uma força meramente representativa era mais que suficiente para manter o símbolo de soberania do Estado Português.</p> <p>No entanto, isto não se veio a verificar e sendo a opinião do Prof. Dr. Adriano Moreira, “Nehru não teve conhecimento do início do ataque nem do seu planeamento”.</p> <p>Quem de facto ordenou este ataque foi, Ministro da Defesa Nacional na altura Krishna Menon, que tinha tomado posse do cargo, duas semanas antes do ataque a Goa, Damão e Diu. Nehru considerava Krishna Menon um homem de pouca confiança, o que se veio a revelar como verdade.</p>	
5	<p>A presença militar está ligada à soberania.</p> <p>As forças militares são um dos garantes da soberania.</p> <p>As forças militares que se encontravam no Estado da Índia foram confrontadas com uma situação em que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a proporção era de 10 militares indianos por cada português; 	A

	<ul style="list-style-type: none">– Não existiam meios aéreos ou antiaéreos, mas o inimigo dispunha de uma boa aviação de bombardeamento e de ataque ao solo (se tivesse querido tinha destruído todas as nossas forças quer durante os deslocamentos, quer nas posições);– A nossa marinha era representada por um velho aviso que foi neutralizado em 25 minutos de combate e por 3 lanchas de fiscalização sem significado operacional;– O nosso plano de operações era, no mínimo, caricato;– O plano de operações indiano estava bem concebido para o objetivo a atingir;– Um dos informadores da União Indiana era um 1.º sargento que era o homem de confiança do QG/CTI, era ele que dactilografava todas as ordens, planos e relatórios e ainda fazia a censura da correspondência dos presos do Forte da Aguada.– Hoje, tenho a convicção que não interessava defender o Estado da Índia, o que interessava era que morressem os militares que lá estavam para arranjam suporte para a política defendida pelo governo da altura. A presença militar está ligada à soberania.– As forças militares são um dos garantes da soberania.– As forças militares que se encontravam no Estado da Índia foram confrontadas com uma situação em que:<ul style="list-style-type: none">– a proporção era de 10 militares indianos por cada português;– não existiam meios aéreos ou antiaéreos, mas o inimigo dispunha de uma boa aviação de bombardeamento e de ataque ao solo (se tivesse querido tinha destruído todas as nossas forças quer durante os deslocamentos, quer nas posições);– a nossa marinha era representada por um velho aviso que foi neutralizado em 25 minutos de combate e por 3	
--	---	--

	<p>lanchas de fiscalização sem significado operacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> – o nosso plano de operações era, no mínimo, caricato; – o plano de operações indiano estava bem concebido para o objetivo a atingir; – um dos informadores da União Indiana era um 1.º sargento que era o homem de confiança do QG/CTI, era ele que dactilografava todas as ordens, planos e relatórios e ainda fazia a censura da correspondência dos presos do Forte da Aguada. – hoje, tenho a convicção que não interessava defender o Estado da Índia, o que interessava era que morressem os militares que lá estavam para arranjam suporte para a política defendida pelo governo da altura. 	
	<p>Não tínhamos materiais. Estes estavam desgastados e atrasados tecnologicamente perante um inimigo que tinha meios, dinheiro e tecnologia.</p> <p>Os nossos paióis eram vivendas e moradias cheias de humidade e sem segurança.</p> <p>Não tínhamos locais para armazenar armas e outros meios.</p> <p>Não dispúnhamos de meios, nem munições anticarro.</p> <p>Eram enviados materiais da metrópole sem ponderação.</p> <p>Salazar negava as tentativas de negociações com a UI, procurava manter as forças militares na Índia para manter o regime.</p> <p>O resultado era previsível. E se tivesse havido umas boas relações com a Índia a situação hoje era muito mais vantajosa.</p>	B
	<p>Manter os territórios pela presença militar não, mas manter a presença cultural e religiosa junto dos goeses era fácil e necessário, pois era bom para os dois países, não só como ajuda interna na Índia, mas também para manter a cultura e história de Portugal.</p>	C
	<p>A resolução de forma pacífica teria sido sem dúvida a</p>	D

	melhor opção.	
	<p>Para Portugal é traumático o fim da ideia de Portugal perder o seu domínio desde Portugal Continental até Timor.</p> <p>Portugal não tinha capacidade para defender a Índia e mesmo que pretende-se realizar essa manobra de enviar reforços para o seu território na Índia não tinha possibilidade pois essa mobilização tinha sido vetada pela União Soviética e apoiada por parte dos E.U.A..</p>	E
	Portugal tinha que ter optado por uma resolução o mais cedo possível e por meios pacíficos.	F
	<p>Para Portugal a perda dos territórios na Índia foi como perder a glória.</p> <p>Quem hoje for a Goa, verifica que se o General Vassalo e Silva tivesse resistido, tudo teria sido destruído e assim perdia-se todo o património em Goa.</p> <p>As únicas forças que resistiram, foram forças que não tinham ligação para com o Quartel-general.</p>	G

ANEXOS

ANEXO A – ILUSTRAÇÃO DA ÍNDIA EM INÍCIOS DO SÉC. XVI



Ilustração 1 - Representação da Índia Portuguesa

Fonte: (Pissarra, 2002)

ANEXO B – ILUSTRAÇÃO REFERENTE ÀS VÁRIAS FASES DAS GUERRAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE NA CONQUISTA DE GOA

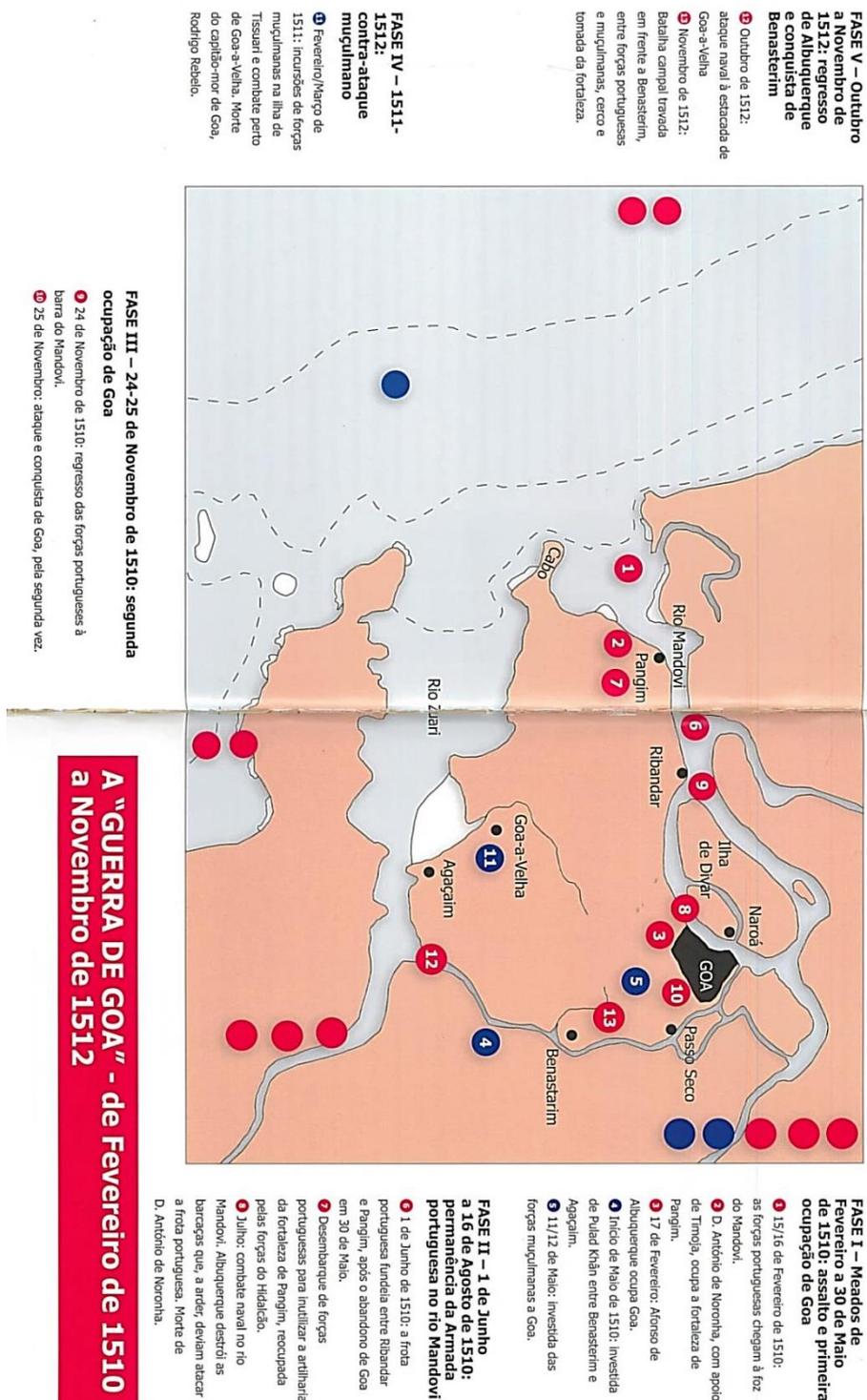


Ilustração 2 - Fases das conquistas de Goa por Afonso de Albuquerque

Fonte: (Costa & Rodrigues, 2008)

ANEXO C – ILUSTRAÇÃO REFERENTE AO EPI APÓS A INDEPENDÊNCIA DA UI EM BOMBAIM



Ilustração 3 - Mapa do Estado Português na Índia a partir de 1947

Fonte: (Couto F. C., 1961)

**ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DO DOCUMENTO MANUSCRITO DA
MORTE DE ANICETO DO ROSÁRIO NO POSTO DE DADRÁ A 22
DE JULHO DE 1954**

«Nome: Aniceto Patrocínio Francisco do Rosário

Nasceu em 21-11-1917, em Damão

Falecido a 22-07-1954, em Dadrá.

Condecorado a título póstumo com a Ordem de TORRE e ESPADA – VALOR, LEALDADE e MÉRITO, e promovido a chefe da Polícia do ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA.

Casado com D^a Corina Francisca Maria do Rosário, pai de António Francisco Teodorico do Rosário e de Laurinda do Rosário.

Tinha somente a 4^a Classe do Ensino Primário. Serviu no exército. Passou à P.E.I: como cabo, sendo colocado depois de promovido a subchefe em 1948, no comissariado de Diu, onde ganhou as maiores simpatias dos nativos, devido à sua lealdade de carácter.

Era filho do senhor Alferes Reformado António Francisco Teodorico do Rosário e da Sr^a. D^a Marcelina Augusta de Noronha e Rosário.

Tem como irmãos Olímpia Maria do Rosário Sanches, Francisco Xavier Filipe do Rosário, Jacinto Hermógenes do Rosário Ramiro de Noronha Rosário, António Carmo do Rosário e Félix Cristóvão Maria do Rosário.

Dotado de uma sensibilidade especial, era um verdadeiro admirador de boa música. Gostava também de trajar bem, pelo que todos o admiravam pelo seu porte modesto mas ao mesmo tempo distinto.

Como bom polícia que era, gastava as suas horas de ócio lendo Romances policiais, que, segundo ele, lhe ensinavam bastante, bem como os filmes do mesmo género. Outro dos seus passatempos favoritos era ler os regulamentos, procurando assim instruir-se.

Certa vez conseguiu descobrir um crime, dum mouro que matou num cojá, por este ter ganho dinheiro ao jogo. Com um talento excepcional conseguiu persuadir o criminoso a

contar a verdade, apenas com as suas palavras, não necessitando seguir de uma simples ameaça para que o criminoso confessasse o seu crime.

O posto onde se encontrava Aniceto do Rosário era constituído por oito homens.

No dia do ataque do qual resultou a sua morte estivera lá o Governador de Damão a visitar o posto e Aniceto do Rosário informou-o de que nessa mesma noite esperava um ataque ao posto.

O governador disse-lhe então “Tenha coragem rapaz” e bateu-lhe amigavelmente nas costas, ao que Aniceto do Rosário respondeu “Parta descansado que, haja o que houver, farei respeitar a bandeira a quem jurei fidelidade”.

Nessa noite, antes do ataque um individuo foi ao posto avisar de que iam ser atacados e que era preciso fugir e disse-lhe: “Tens o meu carro à tua disposição e passaporte para passares a fronteira” ao que Aniceto respondeu ferido no seu orgulho de português “A quem entrego o meu posto? Ao senhor, um estranho? E vou para Damão estragar o nome (...) de meu pai e ser enforcado? Não. Quando me alistei jurei pela minha bandeira que por ela sacrificarei a minha vida, se tanto for necessário”.

E o inevitável ataque deu-se. Eram 10 horas da noite. De sentinela encontrava-se António Fernandes, primo de Aniceto.

A sentinela viu aproximar-se um carro cheio de terroristas. Montado traziam um altifalante donde lhe davam ordem para se renderem. Porém mantiveram sempre a calma e a serenidade que só os bons portugueses, cónscios dos seus deveres são capazes. Os terroristas sendo que eles não se rendiam preparavam-se para o ataque.

Começaram por atirar um tiro ao Petromax, deixando o lugar envolto nas sombras da noite que encobriam o seu ato criminoso.

O chefe deste criminoso (...), foi um bandido chamado Francisco Mascarenhas, que armado em fanfarrão disse ser “o comandante supremo das forças indianas no ataque ao posto.”

António Fernandes fazendo fogo fora do posto conseguiu matar dois criminosos que tentavam içar a bandeira da União Indiana no nosso mastro, vindo depois a sucumbir devido ao intenso fogo que os terroristas faziam sobre o posto, e por ser o único guarda que se encontrava fora do posto.

Aniceto do Rosário faz fogo pela janela. Acaba por ser ferido com dois tiros, um no pescoço, outro num braço- Mesmo assim conseguiu ainda resistir mais duas horas. Os atacantes conseguiram desbaratar os outros guardas. Aniceto ficou só e só saiu da janela para ir buscar mais carregadores com munições, momento esse que foi aproveitado por

um dos terroristas que saltou pela janela e o assassinou cobardemente com uma facada na barriga, ainda assim conseguiu atirar a pistola-metralhadora contra o agressor e então caiu com o corpo pendurado da janela.

O corpo do herói ficou nessa posição durante 24 horas e só então foi enterrado pelo seu próprio pessoal nas traseiras do posto que ele defendeu até ao último sopro de vida.

Na manhã do dia 22, quando a aldeia de Dadrá teve conhecimento da sua morte, ficou alvoraçada. As mulheres chorando pediam para verem o cadáver do homem que tanto defendera, ao que os bandidos se opuseram terminantemente.

Apesar da distância entre Dadrá e Damão ser apenas de 9Km sua família só teve conhecimento da sua morte no dia 23 à noite.

A população inteira de Damão foi apresentar pêsames à família chorando a perda de tão grande homem e tão grande amigo.

Seu corpo esteve cerca de 7 anos enterrado nas traseiras do posto de Dadrá, onde com sangue os portugueses escreveram mais uma das muitas páginas belas da história Pátria.

Aniceto do Rosário e António Fernandes Heróis de Dadrá, mortos em defesa da Pátria honraram as suas vidas como diz Silva Tavares

“A morte só aos fracos intimida”

“Temer a morte é não honrar a vida”. »

Documento manuscrito na posse do SarjMor Francisco da Silva Braz de 1959,
fornecido no âmbito da entrevista realizada a 23 de março de 2017.

ANEXO E – FORMAÇÃO INICIAL DAS FORÇAS MILITARES PORTUGUESAS COM A ENTRADA EM VIGOR DO PLANO DE OPERAÇÕES “SENTINELA”



Ilustração 4 – Plano de Operações Sentinela em março de 1961

Fonte: (Couto F. C., 1961, p. 35)

ANEXO F – ARMAMENTO E VIATURAS DAS FORÇAS MILITARES PORTUGUESAS NO EPI



Ilustração 5 - Espingarda “Mauser” 7,9mm m/937 A

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 6 - Lança Granadas Anticarro PIAT MkI m/43

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 7 - Lança Granadas 8,89mm “Instalaza” m/58

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 8 - Metralhadora ligeira “Bren” 7,7mm m/43

Fonte: (Coutinho, 2014)

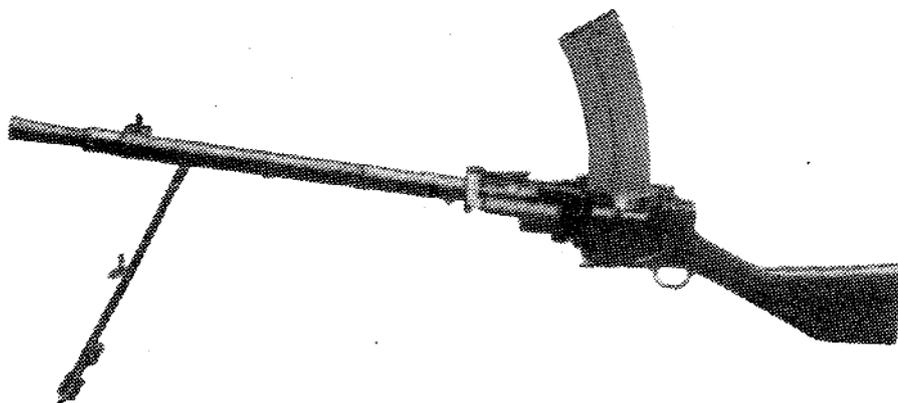


Ilustração 9 - Metralhadora ligeira “Madsen” 7,9mm m/940

Fonte: (Coutinho, 2014)

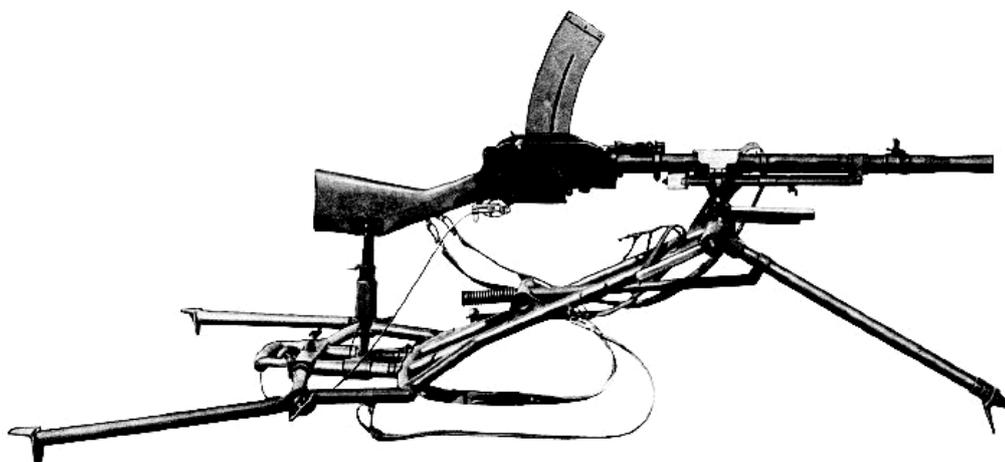


Ilustração 10 - Metralhadora “Madsen” 7,9mm m/30/41

Fonte: (Coutinho, 2014)

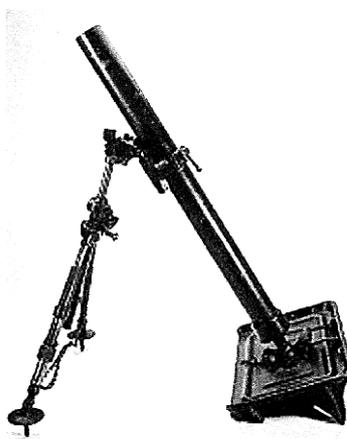


Ilustração 11 - Morteiro I 8cm m/937

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 12 - Pistola Metralhadora "Sten" MkII 9mm m/45

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 13 - Pistola Metralhadora "Steyer" 9mm m/42

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 14 - Pistola Metralhadora FBP 9mm m/48

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 15 - Pistola "Parabellum" 9mm m/43

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 16 - Revolver “Albion” .38” m/45

Fonte: (Coutinho, 2014)

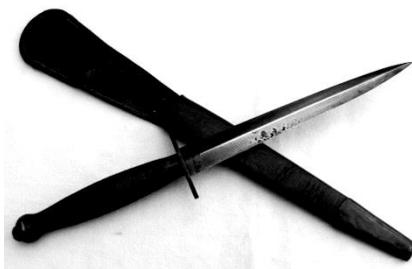


Ilustração 17 - Punhal m/43

Fonte: (Coutinho, 2014)

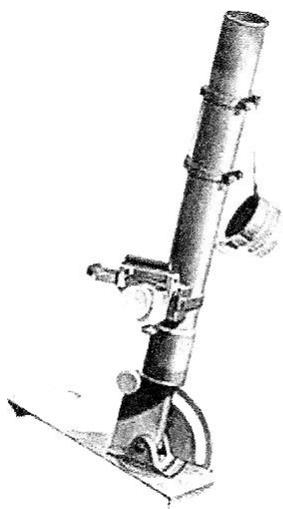


Ilustração 18 - Lança Granadas de 5cm m/46

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 19 - Autometralhadora “Humber” Mk IV 7-8 Ton. 3,7 cm 4x4 m/1943

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 20 - Auto blindado TP7 GM 4x4 TT m/947

Fonte: (Coutinho, 2014)

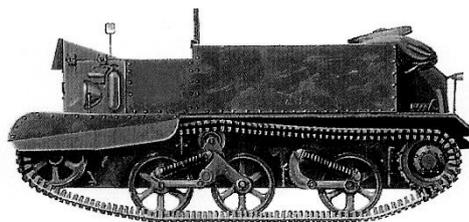


Ilustração 21 - Auto blindado “Bren” TP 1,5 Ton m/42

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 22 - Viaturas de reconhecimento e ligação ¼ Ton 4x4 (tipo jeep)

Fonte: (Coutinho, 2014)

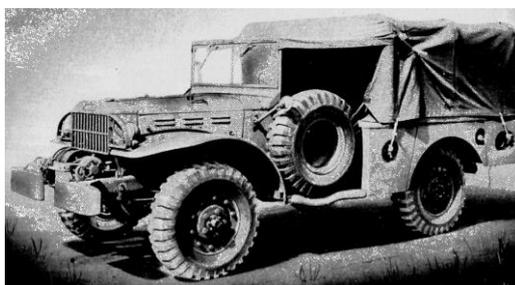


Ilustração 23 - Viaturas de ¾ Ton 4x4 (tipo jipão)

Fonte: (Coutinho, 2014)

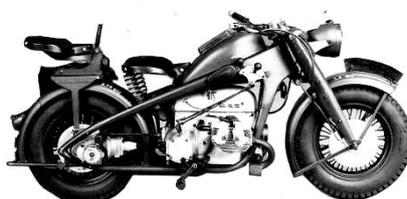


Ilustração 24 - Motos simples

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 25 – “Land Rover” 0,5 Ton 4x4 m/956

Fonte: (Coutinho, 2014)

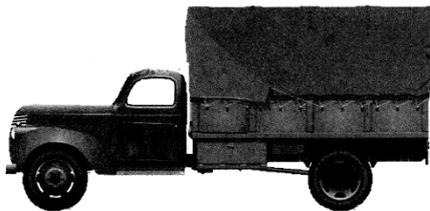


Ilustração 26 - Viatura de 2 Ton 4x2 Chevrolet m/42

Fonte: (Coutinho, 2014)

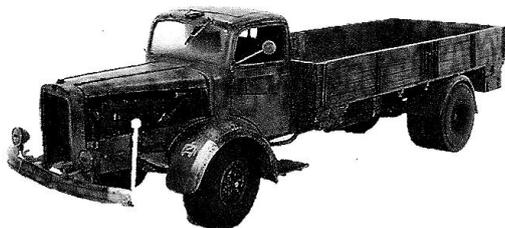


Ilustração 27 - Viatura de 4,2 Ton

Fonte: (Coutinho, 2014)

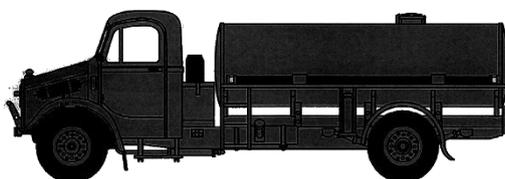


Ilustração 28 - Autotanque Água 3.000 litros

Fonte: (Coutinho, 2014)

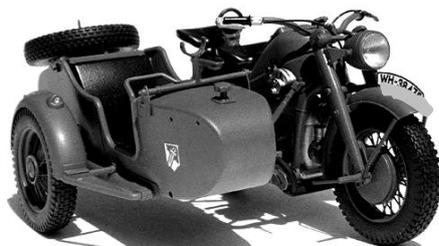


Ilustração 29 - Moto com carro lateral Zundap m/940

Fonte: (Coutinho, 2014)

ANEXO G – EQUIPAMENTO RÁDIO DAS FORÇAS MILITARES PORTUGUESAS NO EPI

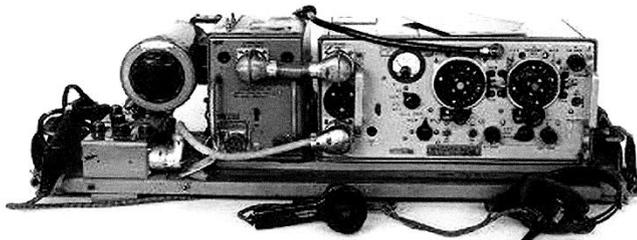


Ilustração 30 - Posto rádio emissor-receptor P 19

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 31 - Postos de rádio emissores-receptores P19 (Autometralhadoras “Humber”)

Fonte: (Coutinho, 2014)

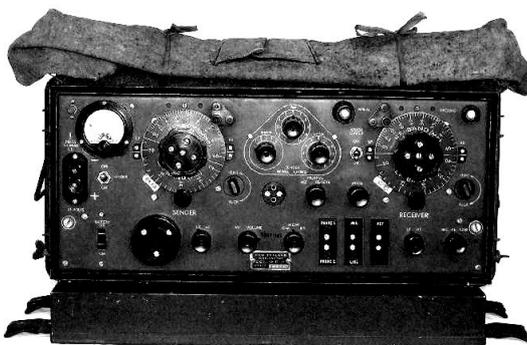


Ilustração 32 - Postos de rádio emissores-receptores ZC 1 MK II

Fonte: (Coutinho, 2014)



Ilustração 33 - Postos de rádio emissores-receptores BC-1000 (SCR-300)

Fonte: (Coutinho, 2014)

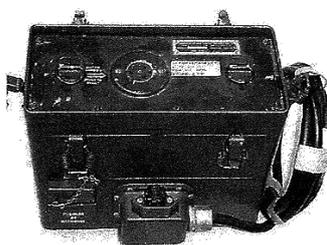


Ilustração 34 - Unidades de alimentação PP-114/VRC-3 (para os BC-1000)

Fonte: (Coutinho, 2014)

ANEXO H – CARTA DA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE OPERAÇÕES SENTINELA EM 1961



Ilustração 35 - Plano de Operações Sentinela em execução a dezembro de 1961

Fonte: (Couto F. C., 1961)

ANEXO I – AÇÃO POR PARTE DAS FORÇAS PORTUGUESAS E DA UI NOS DIAS 18 E 19 DE DEZEMBRO DE 1961

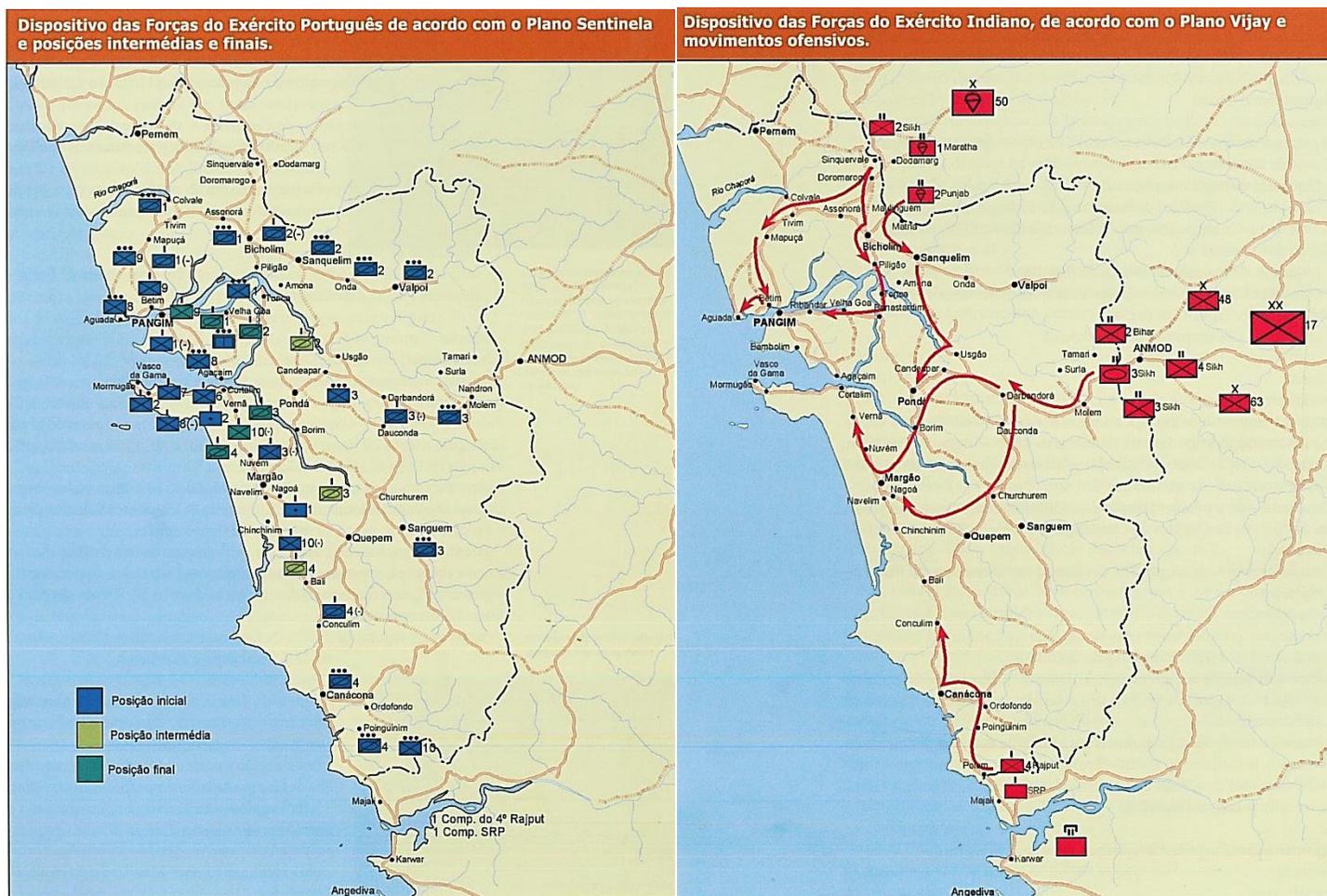


Ilustração 36 - Ações das forças militares portuguesas e da UI
 Fonte: (Couto F. C., 1961)